



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Dados da contratação

Programa: Minha Casa Minha Vida	Contrato CAIXA nº PT: 0322.219-33	
Ação/Modalidade: PMCMV – Faixa 1	Fonte de recursos: Fundo de Arrendamento Residencial - FAR	
Empreendimento: Residencial Raquel de Queiroz		
Localização/Município: Rua G, nº 155 – Bairro Paupina – Fortaleza		UF: CE
Proponente/Agente Promotor: Prefeitura Municipal de Fortaleza		
Tel.: (85) 3488.3376 / (85) 3488-3377 / (85) 3488-3379 E-mail: mcmvhabitafor@fortaleza.ce.gov.br		
Agente executor: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR		
Responsável Técnica Social	Email	Formação
Karyssia Maria Maia Sá	Karysiam Maia@gmail.com	Assistente Social
Telefone: (85) 3488-3379/3105-1016		

1.2 Valores da Intervenção

Composição do Investimento	Obras	PDST*	Valor Total do TS	TOTAL
Repasse/Financiamento	10.626.885,51	181.440,00	241.920,00	10.868.805,51

*Empreendimento entregue, com a ausência de execução do PTS-P e do PTS (Orientação Operacional Nº 01/2014/DHAB/SNH) MCIDADES, 05 de dezembro de 2014) – (ANEXO 1).



1.3 Responsabilidade Técnica

Área gestora do Trabalho Social: – Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR

Responsável Técnica Social:

Karyssia Maria Maia Sá – CRESS 4816

Formação: Assistente Social

Tel: (85) 3488-3379/3105-1016

Email: karysiam Maia@gmail.com

1.4 Prazos e regime de execução

PRAZO DE OBRAS: Empreendimento entregue em 2016	PRAZO DO PDST 12 meses	FORMA DE EXECUÇÃO DO PDST: Mista
Empresa Responsável pela elaboração do PDST: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza - HABITAFOR		

1.5 Tipologia das unidades habitacionais

O empreendimento Raquel de Queiroz apresenta apartamentos do tipo Térreo + 1, com 192 unidades distribuídas em 24 blocos de 08 apartamentos cada. As unidades presentes no térreo apresentam áreas de 42,68m² e 43,28m². Já as unidades dos pavimentos superiores têm 40,75 m² e 41,97 m². Cada unidade é composta por sala, cozinha/área de serviço, dois dormitórios e um banheiro.

Quanto às informações adicionais do empreendimento, o mesmo dispõe de 64 vagas de estacionamento para automóveis (vagas estas rotativas; sendo uma para pessoa com deficiência) e 11 vagas para motos. Já no que se refere às áreas comuns e de lazer, no residencial existe um salão de festas com 86,34 m² de área, um mini campo gramado e 2 playgrounds tipo casinha espalhados no empreendimento.

1.6 Apresentação

A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR que através da Lei municipal nº 0196 de 22 de dezembro de 2014 deixou de ser Fundação e passou a ser uma Secretaria, vem desde o ano de 2003 trabalhando junto à política habitacional do município de Fortaleza no tocante à garantia do direito à moradia digna para a população. Segundo dados da Fundação João Pinheiro – FJP, o déficit habitacional em 2012 era de 119.002 unidades na Região Metropolitana de Fortaleza. Frente a este dado, a HABITAFOR tem por objetivo reduzir o déficit habitacional no município tendo em vista a noção básica de déficit que indica “a necessidade de construção de novas moradias para atender à demanda habitacional da população em dado momento” (FJP, 2015).

Seguindo os estudos anteriores, o cálculo do déficit habitacional compreende as seguintes variáveis: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados. Ressalta-se que segundo a FJP (2015), “o adensamento excessivo de domicílios alugados é um indicador de carência de



domicílio e, entre as famílias conviventes, somente aquelas que manifestaram o desejo de constituir novo domicílio foram contabilizadas como déficit”.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE projeta-se que a população brasileira em 2015 giraria em torno dos 204 (duzentos e quatro) milhões de habitantes. A cidade de Fortaleza consiste na 5ª (quinta) maior capital do país com 314,930 km², e apresenta o número de 2.452.185 pessoas residentes, conforme censo do ano de 2010 do IBGE.

Com a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais, à requalificação de imóveis urbanos e à produção ou reforma de habitações para famílias brasileiras, o Governo Federal lançou em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009. A execução do referido programa pode ser realizada pelos estados e municípios, com a gerência do Ministério das Cidades e operacionalização pela Caixa Econômica Federal – CEF ou Banco do Brasil. Os recursos do Minha Casa Minha Vida decorrem do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR que subdividem-se em duas propostas distintas:

- Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU

Tem por objetivo promover a construção ou aquisição de novas unidades habitacionais, ou a requalificação de imóveis urbanos, para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

- Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR

Visa construir ou reformar imóveis de agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda familiar anual bruta não ultrapasse R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Dentro do Programa Nacional de Habitação Urbano – PNHU existem faixas de renda definidas para aquisição e alienação dos imóveis. Na Faixa 1 o Programa objetiva à produção de unidades habitacionais, que depois de concluídas são vendidas sem



arrendamento prévio, às famílias que possuem renda familiar mensal até R\$1.600,00 (Hum mil e seiscentos reais).

Concomitante à produção de habitações de interesse social definiu-se em legislações específicas do Ministério das Cidades (Portarias e Resoluções) que tratam sobre o planejamento e execução de ações relativas ao Trabalho Social mediante a produção de um Projeto de Trabalho Social - PTS que deve ser implementado com as famílias beneficiárias no PMCMV. (Portaria Nº 168, de 12 de Abril de 2013 e Portaria Nº 21 de 22 de Janeiro de 2014).

O município de Fortaleza entregou desde 2011, 6 (seis) residenciais do PMCMV, totalizando 976 unidades habitacionais. Este projeto aborda especificamente o Residencial Raquel de Queiroz, localizado à Rua G, nº 155 – Bairro Paupina, localizado na Regional VI, sendo este um dos oito empreendimentos que fazem parte do complexo residencial conhecido por “Escritores”, com entrega e pactuação da demanda realizada em parceria com o Governo do Estado, conforme se segue:

EMPREENHIMENTO	U.H	INDICAÇÃO DA DEMANDA
CASTRO ALVES	264	GOVERNO DO ESTADO
CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	144	GOVERNO DO ESTADO
JOSÉ DE ALENCAR	272	GOVERNO DO ESTADO
MACHADO DE ASSIS	352	GOVERNO DO ESTADO
MONTEIRO LOBATO	216	PREFEITURA
JORGE AMADO	168	PREFEITURA
GRACILIANO RAMOS	312	PREFEITURA
RAQUEL DE QUEIROZ	192	PREFEITURA
TOTAL DE UNIDADES		1.920

Diante de tais dados, percebe-se o público expressivo que passou a residir nesta região, o que nos tenciona a identificar os equipamentos sociais disponíveis para estas famílias.

Precisamente o Residencial Raquel de Queiroz, conforme já exposto, é constituído por 192 unidades habitacionais e a seleção das famílias beneficiárias se deu na atual gestão, como sendo um marco na política habitacional do município, onde ocorreu o 1º sorteio habitacional de Fortaleza, realizado no dia 04 de dezembro de 2015. Tal momento ocorreu de forma totalmente eletrônica, com sistema desenvolvido pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza – IPLANFOR; devidamente auditado e acompanhado ao vivo pelos meios de comunicação, através do novo cadastro habitacional onde os cadastros realizados com esse sistema deram início no ano de 2014.

Cabe salientar que o referido cadastro encontra-se permanentemente disponível nas Secretarias Executivas Regionais – SER's para novas inscrições e atualização dos dados já existentes, assegurando dessa forma, a veracidade das informações prestadas pelos candidatos a beneficiários e um retrato mais próximo da realidade destes.

Com a finalidade de se firmar o convênio para realização do Trabalho Social no empreendimento acima citado, elaborou-se o projeto a seguir.

1.7 Contextualização

É de notório conhecimento que as cidades brasileiras são bastante distintas no que se refere a seu porte, densidade populacional, atividades econômicas, formação social e cultural, dentre outros. Tais características são inerentes a cada uma também com relação aos efeitos do crescimento exacerbado e desigual das cidades, o que acarretou em contrastes sociais e reprodução das desigualdades sociais em todo país.

Em meio a este contexto, tem-se a necessidade de garantir moradia digna à população em geral, sendo imprescindível combater o déficit habitacional através de investimentos incisivos em políticas públicas que contribuam para a inserção social das famílias, para a inclusão urbana dos empreendimentos e para a gestão democrática dos investimentos públicos.

Além da necessidade das famílias no tocante à moradia, estas devem ter também seus direitos assegurados com relação ao acesso a novos patamares de cidadania e qualidade de vida. Essa visão multidimensional da realidade das famílias nos leva a enfrentar desafios cada vez maiores ao trabalho social na habitação, fazendo com que essas ações necessitem ultrapassar os limites da ação centralizada.

Diante deste contexto e tendo-se em mente a nova visão acerca do Trabalho Social, temos que no Residencial Raquel de Queiroz, este trabalho torna-se de suma importância por tratar-se de um empreendimento inserido na nova perspectiva de gestão municipal das habitações de interesse social, que visa à participação e promoção da cidadania dos beneficiários. Como definido nas normativas específicas que o regulamentam, este trabalho social deve iniciar-se antes da mudança das famílias para as novas unidades habitacionais, ainda na fase de obras. Contudo, tendo em vista que isso não ocorreu no empreendimento em questão, buscaremos adequarmos o projeto à realidade posta de pós-ocupação.

Em decorrência disto e aliado ao fato de não ter sido elaborado o Projeto de Trabalho Social Preliminar – PTS-P para o Residencial Raquel de Queiroz, o presente plano se adequará à Portaria nº 21/2014, conforme prevê as normativas. Também com base na Orientação Operacional nº 01 de 05 de dezembro de 2014:

2.1.6 Nos empreendimentos ocupados, em que o Ente Público não tenha assinado convênio com a Instituição Financeira para a execução do Trabalho Social e optar pela utilização da Portaria nº 21, poderá apresentar o PTS-P apenas com previsão de elaboração do PDST;

*2.1.6.1 Nesses casos é **dispensada a elaboração do PTS** (grifo nosso), pois as ações previstas referem-se à etapa pré-contratual com os beneficiários;*

2.1.6.2 Caso seja pertinente desenvolver ações previstas originalmente no PTS, essas deverão ser incluídas no PDST.

Portanto, com base na elaboração do diagnóstico social, conforme prevê o PTS, o plano a seguir irá apresentar as ações previstas de trabalho com as famílias beneficiadas, com base nos dados socioeconômicos extraídos do cadastro para seleção da demanda.



Diante da realidade posta de um empreendimento entregue, segue adiante a proposta do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial, às luzes da Portaria nº 21/2014 conforme o diagnóstico elaborado dos dados obtidos pelo cadastro habitacional.

Vale ressaltar que as informações contidas no cadastro habitacional são restritas, onde se obtém apenas uma caracterização superficial da família, para fins destinados ao processo de seleção e levando-se em conta a existência ou não de critérios de prioridade dentre os inscritos. Após o sorteio habitacional, as famílias então selecionadas tornam-se candidatas a beneficiárias e, no momento em que são convocadas para a realização do dossiê a ser encaminhado à Instituição Financeira, são colhidas também as informações para o preenchimento do Boletim de Informações Cadastrais – BIC, instrumental próprio da HABITAFOR, com dados socioeconômicos mais precisos das famílias, para a elaboração do diagnóstico social.

Nesse sentido, é sabido que o PTS contém atividades que se destinam à adaptação das famílias às novas moradias, ações estas que são válidas mesmo com a referida situação de pós-entrega e que, podem vir muito a contribuir para amenizar as problemáticas já instauradas no empreendimento, apesar da entrega do mesmo ter sido recente. Em decorrência da entrega do Residencial Raquel de Queiroz não ter ocorrido há um longo período, caso a execução das atividades do Trabalho Social ocorram o mais prontamente possível, ocasionará menor prejuízo às famílias, inclusive no que se refere ao eixo de Gestão Condominial.

A HABITAFOR, através do Ofício nº 1245/2014 (ANEXO 2), deixou sob responsabilidade da Caixa Econômica Federal - CAIXA a contratação de empresa especializada para realização das atividades do Eixo de Gestão Condominial, fato que também se aplica aos "Escritores" pois esta prerrogativa está definida na Portaria nº 518/2013 em seu Anexo V, 1.4: "Caso o ente público manifeste-se pela não execução do trabalho de gestão condominial e patrimonial, a instituição financeira oficial federal se encarregará de contratar empresa para execução desses trabalhos." Quanto aos demais eixos, Mobilização e Organização Comunitária, Educação Sanitária e Ambiental e Geração de Trabalho e Renda, agora denominados Mobilização, organização e fortalecimento social (MOFS), Educação Ambiental e Patrimonial (EAP) e

Desenvolvimento Socioeconômico (DS) estão contemplados neste plano, juntamente com suas devidas ações.

No que se refere à execução do Trabalho Social nos residenciais “Escritores”, incluindo-se o Residencial Raquel de Queiroz, a gestão municipal por meio desta Secretaria optou pela execução de forma mista das atividades contidas neste plano, com trabalho em conjunto e também através da contratação de pessoa jurídica com experiência comprovada em ações de trabalho social em intervenções de habitação, tendo em vista que este trabalho deverá ser continuamente acompanhado pelo Ente Público e também pelo fato de que as ações que então estariam previstas no PTS-P foram realizadas por este ente.

No que se refere ao procedimento de seleção das famílias então beneficiadas no programa, é de responsabilidade do município responsável através da operação contratada e deve considerar critérios nacionais e municipais para hierarquização e elegibilidade, em observância às cotas estabelecidas nas normativas e aos grupos definidos segundo os critérios de prioridade, com seus devidos percentuais atendidos.

Os critérios nacionais de priorização para seleção de beneficiários no Programa segundo a Portaria nº 412/2015 reitera tais critérios mencionados pela Portaria nº 595/2013 (revogada) que estavam também dispostos na Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, lei que vigora desde o ano do lançamento do Programa. Tais critérios são:

- a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
- b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;
- c) famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

Segundo as normativas vigentes, são consideradas áreas de risco aquelas que apresentam risco geológico ou de insalubridade, tais como: erosão, solapamento, queda e rolamento de blocos de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamentos e lixões, áreas contaminadas ou poluídas, bem como outras então determinadas pela Defesa Civil.

Considera-se também para fins de seleção a obrigatoriedade de reserva de, no mínimo, 3% (três por cento) das unidades habitacionais do empreendimento para atendimento a pessoas idosas, conforme disposto no inciso I do art. 38 da Lei nº



10.741, de 1 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e suas alterações. Este mesmo percentual mínimo de 3% também é definido para atendimento das famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

Já os critérios locais aprovados pelo Município de Fortaleza mediante Resolução nº 47 de 27 de Agosto de 2013 (ANEXO 3), devidamente aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS são os seguintes:

I – Famílias beneficiárias do Programa de Locação Social, conforme o Artigo 13 da Lei Municipal nº 9.798/2011;

II – Famílias numerosas, que configure densidade excessiva de moradores por dormitório (número médio de moradores superior a três por cômodo utilizado como dormitório), bem como coabitação familiar, que compreenda a soma das famílias conviventes secundárias (apenas aquelas com intenção de constituir domicílio exclusivo são consideradas déficit habitacional) e das que vivem em domicílios localizados em cômodos – exceto cedido por empregador;

III – Famílias da qual façam parte membros com doenças crônicas (HIV, câncer, hemofilia, cardiopatias graves). § 1º - No caso de famílias com pessoas com deficiência e idosos, o CMAS Fortaleza recomenda priorizar àquelas contempladas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC); § 2º - No caso de beneficiários do Programa de Locação Social, o CMAS Fortaleza recomenda priorizar os egressos dos Serviços de Acolhimento Institucional.

Ressalta-se que para a realização do 1º sorteio habitacional, foram utilizados os percentuais e a divisão por grupos estipulados pela Portaria 595/2013, mesmo estando essa revogada, pois a Prefeitura de Fortaleza recebeu autorização do Ministério das Cidades, pelo fato de todo o sistema de cadastro habitacional ter sido construído nos moldes desta Portaria, segundo os seguintes grupos:

- Grupo I – representado pelos candidatos que atendam de cinco a seis critérios de priorização entre os nacionais e os adicionais (com 75% das vagas remanescentes, após descontadas as reservas destinadas aos idosos e às famílias com pessoas com deficiência)
- Grupo II – representado pelos candidatos que atendam até quatro critérios de priorização entre os nacionais e os adicionais (com 25% das vagas

remanescentes, após descontadas as reservas destinadas aos idosos e às famílias com pessoas com deficiência)

Acrescenta-se que, após a realização desse primeiro sorteio, o sistema de cadastro habitacional fora gradativamente modificado para adequar-se à formatação de critérios e percentuais de sorteio contidos na Portaria nº 412/2015, onde já ocorreu o 2º sorteio habitacional, realizado no dia 27 de junho de 2016, conforme Edital nº 02/2016/HABITAFOR.

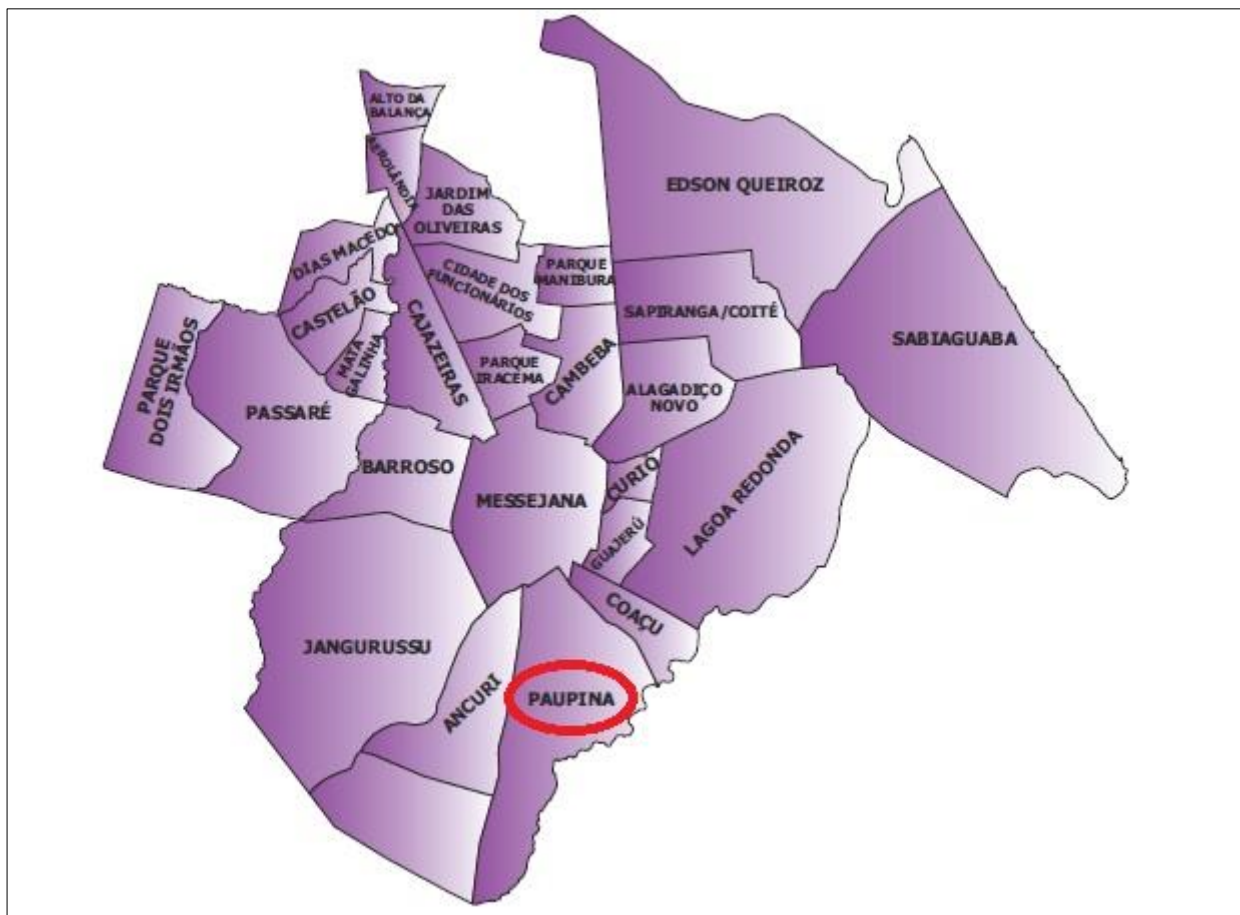
A seguir se dará início a caracterização da área de intervenção e mais adiante da caracterização das famílias residentes no Residencial Raquel de Queiroz.

2. DADOS DA MACROÁREA

2.1 Localização e Caracterização da Área de Intervenção e Entorno

O bairro Paupina está localizado na área de abrangência da Secretaria Executiva Regional VI a Sudeste no município de Fortaleza. Segundo informações do Censo de 2010, a população era de 14.665 habitantes, sendo em sua maioria formada por mulheres, com 7.623 do público. Grande parte desse universo é composta por indivíduos na fase adulta (de 15 a 64 anos), que compreende 70,6%. Isso leva a considerar que o bairro Paupina contém em sua maioria, habitantes em idade economicamente ativa.

A regional onde se situa o bairro Paupina é compreendida por 29 bairros, a saber: Aerolândia, Ancuri, Alto da Balança, Barroso, Boa Vista (unificação do Castelão com Mata Galinha), Cambeba, Cajazeiras, Cidade dos Funcionários, Coaçu, Conjunto Palmeiras (parte do Jangurussu), Curió, Dias Macedo, Edson Queiroz, Guajerú, Jangurussu, Jardim das Oliveiras, José de Alencar (antigo Alagadiço Novo), Messejana, Parque Dois Irmãos, Passaré, Jangurussu, Parque Manibura, Parque Iracema, Parque Santa Maria (parte do Ancuri), Pedras, Lagoa Redonda, Sabiaguaba, São Bento (parte da Paupina) e Sapiranga, sendo que tais bairros correspondem a aproximadamente 42% do território de Fortaleza e possuem um número aproximado de 600 mil habitantes segundo dados da Prefeitura de Fortaleza.

MAPA 1 – REGIONAL VI

Fonte: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/regionais/regional-VI>.

Esse bairro deu origem ao que chamamos hoje de Messejana, sendo anteriormente chamado Fundação da Aldeia de Paupina, criado há mais de 400 (quatrocentos) anos. O nome deste bairro surgiu da forma como os índios chamavam o padre Francisco Pinto (Pai Pinto). Hoje, com a evolução do bairro, Paupina tornou-se uma localidade dentro da Grande Messejana, situada no entorno da Lagoa da Paupina, simbolicamente o que restou do nome original.

O Residencial Raquel de Queiroz faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida na Faixa 1 de renda familiar de até 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais). É composto de 192 unidades, em condomínio fechado e está localizado na área de abrangência da Regional VI, situado à Rua G, nº 155 – Bairro Paupina.



2.2 Saneamento e Infraestrutura

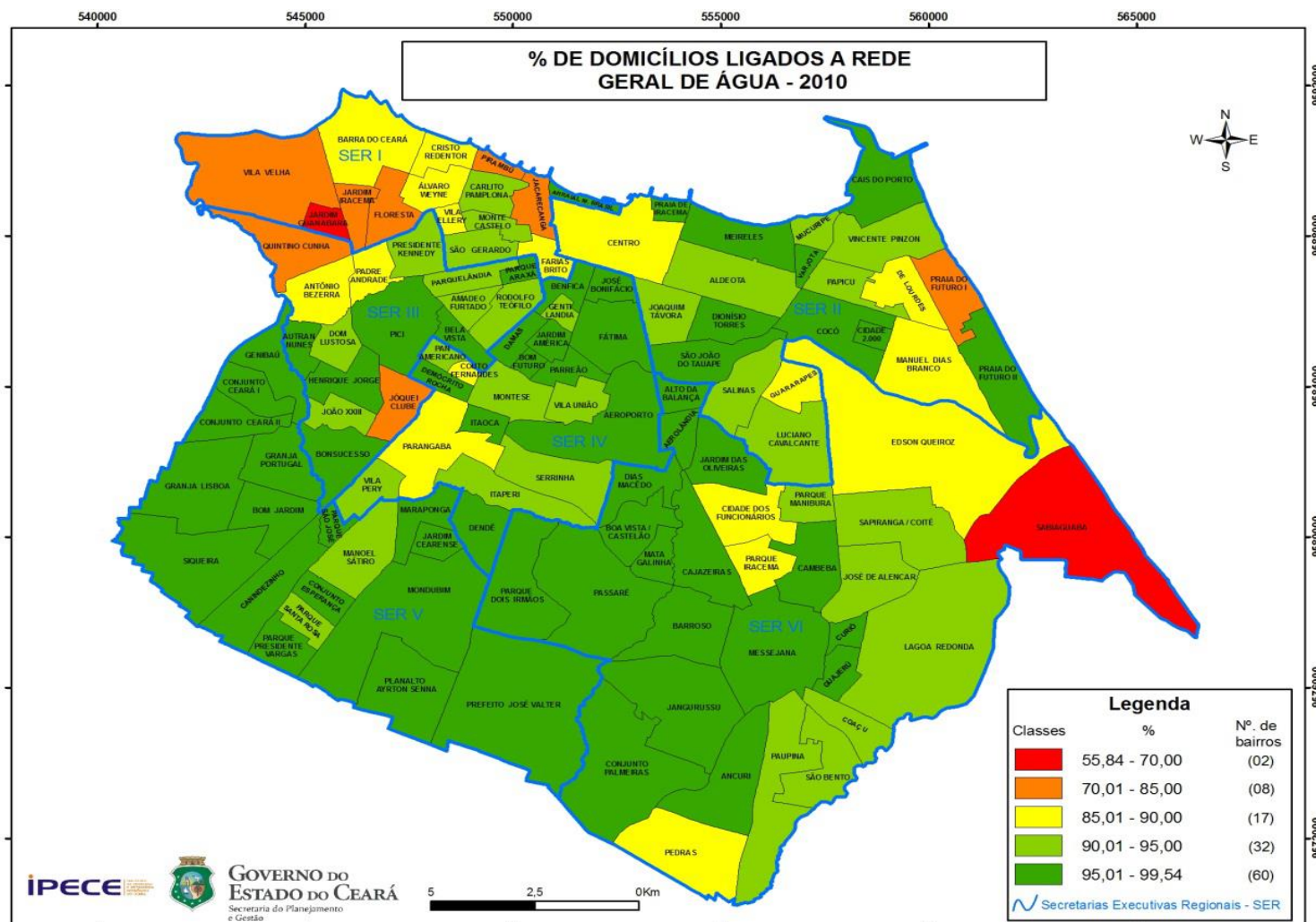
Com base nos dados obtidos através do Censo do IBGE de 2010 sistematizados pelo Instituto de Pesquisa de Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) – Perfil Socioeconômico de Fortaleza (2012), que retratou as condições domiciliares de Fortaleza por bairro, podemos observar que no bairro Paupina, no que se refere ao Saneamento, temos que:

- **O abastecimento de água**

O bairro Paupina, segundo dados encontrados, possui em sua grande maioria (94,35%) dos domicílios ligados à rede de água, que se apresenta com um índice satisfatório se comparado à Fortaleza, que possui um valor médio um pouco menor, de 93,31%. Ressalta-se que o acesso a este serviço é de suma importância para a promoção da saúde e qualidade de vida da população, pois o uso de água não tratada e/ou de má qualidade pode acarretar sérios problemas à saúde da população.



MAPA 2



Porcentagem de domicílios com a presença de ligação de água, segundo bairros de Fortaleza - 2010. (Fonte dos dados: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. Perfil Socioeconômico de Fortaleza. 2ª Edição. Elaboração: IPECE, 2012).

• Esgotamento Sanitário

Com relação à disponibilidade de acesso ao serviço de rede geral de esgoto ou pluvial, no ano de 2010 em Fortaleza foi registrado um valor de 59,56% dos domicílios com este serviço disponível. Entretanto, existe uma significativa desigualdade na oferta deste na capital, sendo possível verificar que maioria dos bairros situados nas Regionais I, II e III possui boa parcela dos domicílios contando com este serviço

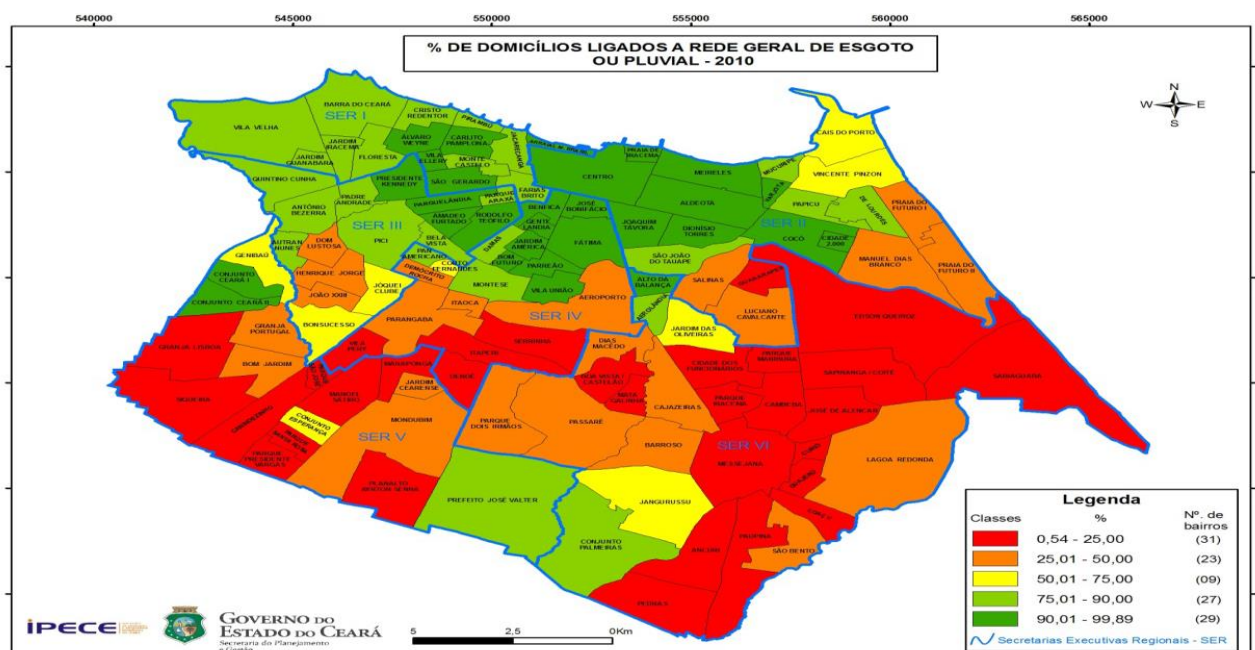
urbano, enquanto nos bairros localizados na SER V e VI mostram-se como os mais carentes em relação a políticas públicas de esgotamento sanitário, onde especificamente no bairro Paupina identificou-se que apenas 15,52% das moradias possuem acesso a este serviço.

Diante do exposto percebe-se que a taxa de cobertura de esgotamento sanitário ainda é baixa e desigual na capital, necessitando de mais políticas de expansão da rede de coleta de esgoto na cidade.

Paralelamente, índice em disparidade foi encontrado no que se refere à existência de banheiro de uso exclusivo nos domicílios, onde 97,22% destes têm banheiro nestas condições. Portanto, este dado infere na necessidade urgente de políticas de inclusão a este serviço, para fins de universalização do mesmo, devido aos impactos significativos sobre a saúde da população em geral, sobre o ambiente e a cidadania, sendo este serviço uma das condições necessárias à dignidade da pessoa humana.

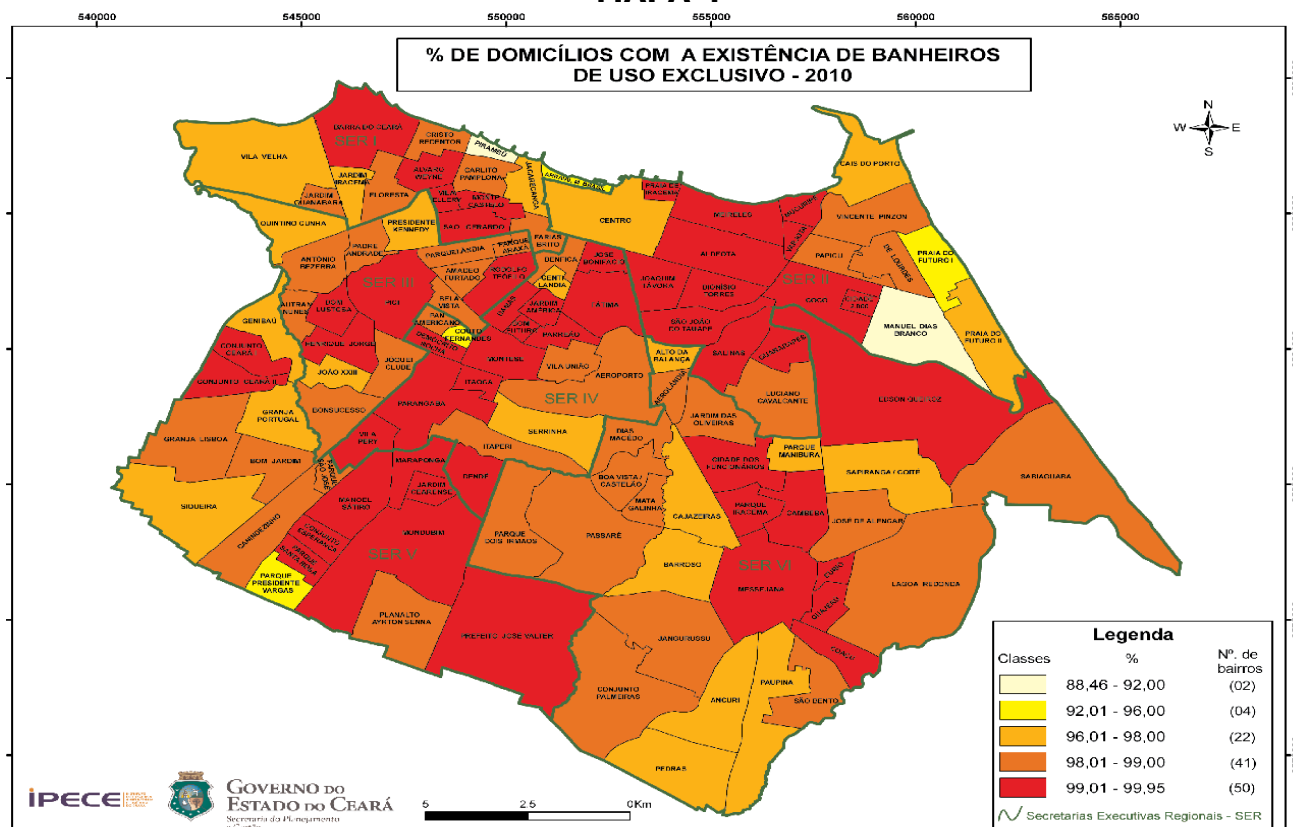
A seguir vislumbramos um panorama geral dos bairros de Fortaleza segundo à disponibilização junto à rede geral de esgoto e a quantidade de residenciais com banheiros de uso exclusivo:

MAPA 3



Porcentagem de domicílios com a presença de rede geral de esgoto ou pluvial, segundo bairros de Fortaleza - 2010. (Fonte dos dados: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. Perfil Socioeconômico de Fortaleza. 2ª Edição. Elaboração: IPECE, 2012).

MAPA 4

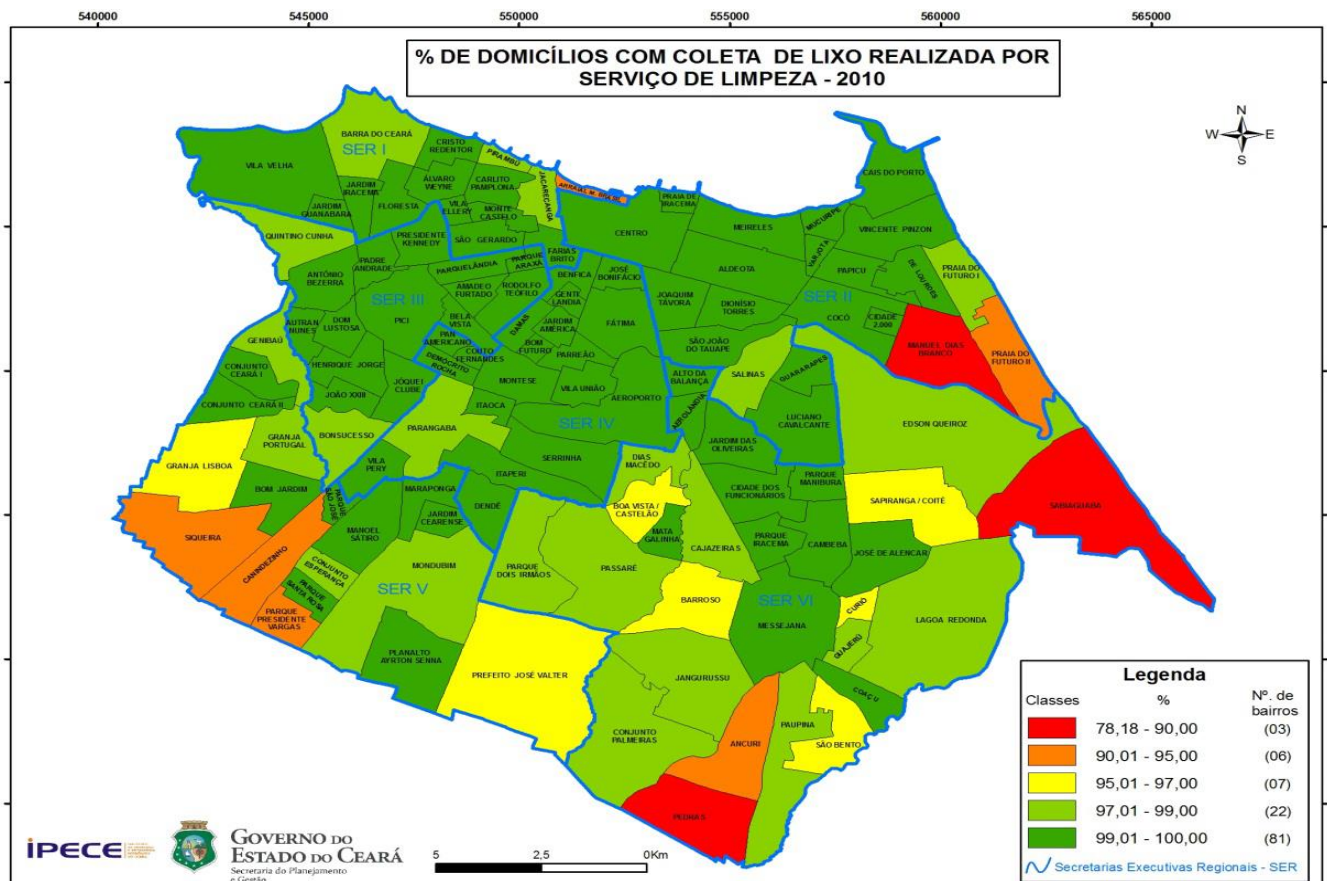


Porcentagem de domicílios com a existência de banheiros de uso exclusivo, segundo bairros de Fortaleza - 2010. (Fonte dos dados: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. Perfil Socioeconômico de Fortaleza. 2ª Edição. Elaboração: IPECE, 2012).

• Coleta de Lixo

A coleta de lixo dos domicílios ocasiona impactos positivos, evitando a proliferação de transmissores de doenças e minimizando dessa forma os problemas na área ambiental e de saúde pública, melhorando consequentemente a qualidade de vida da população. Nossa cidade segue rumo à universalização da oferta de coleta de lixo, possuindo um percentual de 98,75% dos domicílios atendidos por esse serviço. O bairro Paupina possui bom índice, com 98,84% de moradias atendidas pela coleta regular de lixo realizada por serviço de limpeza, serviço este, vale salientar, a cargo do poder público.

MAPA 5

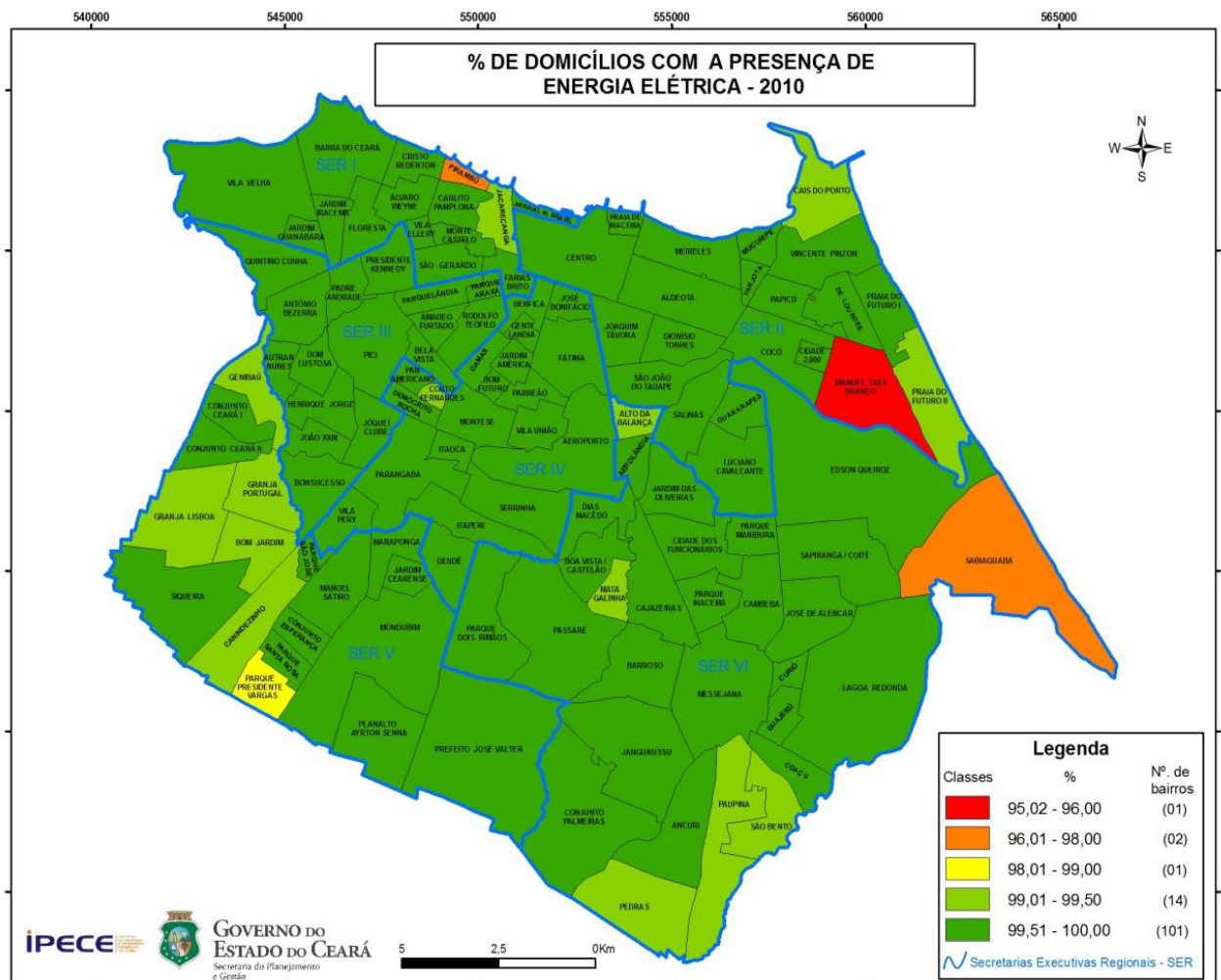


Porcentagem de domicílios com coleta de lixo realizada por serviço de limpeza, segundo bairros de Fortaleza - 2010. (Fonte dos dados: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. Perfil Socioeconômico de Fortaleza. 2ª Edição. Elaboração: IPECE, 2012).

• Energia Elétrica

Fortaleza também segue rumo à difusão do acesso ao serviço de energia elétrica estando este serviço disponível para 99,70% das residências, fato este significativo, pois a eletricidade se tornou a principal fonte de luz, calor e força utilizada no mundo moderno, portanto essencial às famílias. O bairro Paupina também possui um percentual semelhante de acesso, sendo de 99,43% de domicílios com a existência de energia elétrica. O mapa a seguir exhibe a distribuição territorial deste indicador nos domicílios da cidade:

MAPA 6



Porcentagem de domicílios com a presença de energia elétrica, segundo bairros de Fortaleza - 2010. (Fonte dos dados: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. Perfil Socioeconômico de Fortaleza. 2ª Edição. Elaboração: IPECE, 2012).

• Transporte Público

Muitos têm sido os avanços no que se refere ao trânsito em Fortaleza, com o intuito de amenizar os efeitos do crescimento da frota de veículos na cidade. Viadutos, alteração de rotas de ruas e avenidas, implantação de binários e novas ações de mobilidade urbana estão sendo executadas como forma de facilitar o trânsito da capital.



Na cidade o transporte realizado por ônibus é operacionalizado pelo Sistema Integrado de Transportes (SIT-FOR). Suas operações foram iniciadas em 1992 a partir da inauguração de dois terminais: Messejana e Antônio Bezerra. A partir do ano de 2006 o SITFOR passou a ser regulamentado pela Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza - ETUFOR, momento em que a gestão de transportes do município permaneceu totalmente pública.

Especificamente inerente ao transporte público, foram implementadas em Fortaleza as faixas exclusivas para veículos com passageiros que em muito diminuiu os tempos dos deslocamentos.

Além disto, há também a ferramenta do Bilhete Único para quem utiliza transporte coletivo, que se trata de um programa de integração utilizado na cidade, onde é possível pegar a quantidade de ônibus que quiser, no período de duas horas, em qualquer sentido, com o custo de apenas uma passagem ou meia passagem, no caso dos estudantes. Com o Bilhete Único o passageiro fica livre para fazer o embarque e desembarque na parada em que desejar, sem ter a obrigatoriedade de passar por um terminal.

Outro aliado do usuário do transporte coletivo de Fortaleza é o aplicativo “Meu Ônibus Fortaleza” que permite ao usuário saber pelo celular o tempo previsto para a chegada do ônibus ao ponto de parada. O aplicativo foi pensado para facilitar o deslocamento do usuário, fazendo com que ele consiga saber em quanto tempo o coletivo chega à parada, além de visualizar, em tempo real, o percurso do veículo e encontrar as paradas mais próximas que possam lhe servir.

E para os interessados em outra alternativa de transporte, há também o Projeto Bicicletar, que oferece diversas maneiras de adquirir passes e retirar as bicicletas das estações. Para quem tem o Bilhete Único, o passe é gratuito. O implantado em 2014, o Bicicletar totaliza 80 estações com um total de 800 bicicletas compartilhadas em Fortaleza, conforme dados da Prefeitura. A meta para 2016 já foi alcançada e a previsão é de ampliar o sistema e chegar ao total de 300 estações do Bicicletar até 2018.

Retornando ao transporte mais utilizado, sabe-se que mais de 1 milhão de passageiros por dia utilizam o SITFOR, que opera com cerca de 260 linhas de ônibus

regulares em 7 terminais integrados (Antônio Bezerra, Papicu, Parangaba, Lagoa, Siqueira, Messejana e Conjunto Ceará) e 2 terminais abertos (Coração de Jesus e Praça da Estação).

Nas proximidades do Residencial Raquel de Queiroz, bem como dos demais “Escritores”, circulam as seguintes linhas:

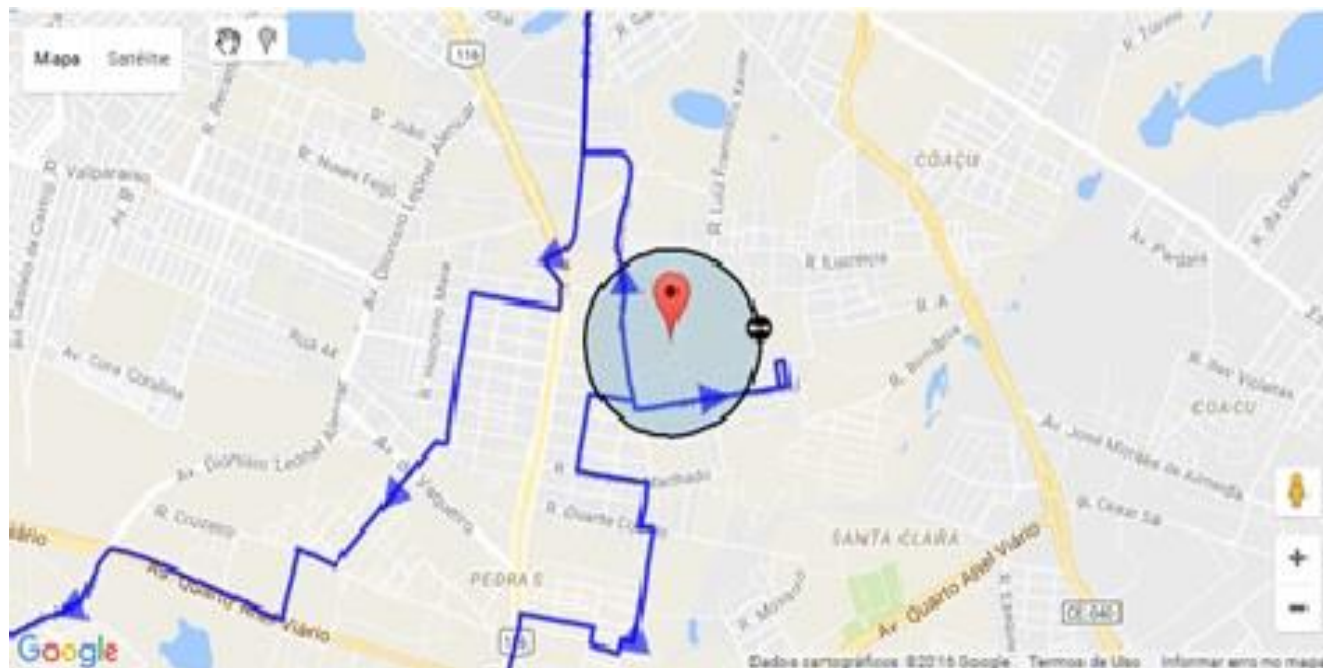
Principais Linhas de Ônibus que circulam na região do Residencial Raquel de Queiroz
615 – Paupina/Lagoa Redonda (Corujão)/1
619 – Paupina/1
703 – Paupina/Pici (STPC)/1
620 – Pedras (Corujão)/1
632 – Alto Alegre/Messejana/1

Fonte: Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza - Etufor

Ressalta-se que as linhas 620 e 632 são as que trafegam mais próximo ao residencial em xeque. Portanto, devido ao número reduzido de linhas operantes na área e tendo em vista o aumento significativo de moradores na região, mostra-se a necessidade evidente da criação de novas de linhas de ônibus e/ou aumento da frota operante existente a fim de suprir a necessidade dos moradores do complexo condominial “Escritores”.

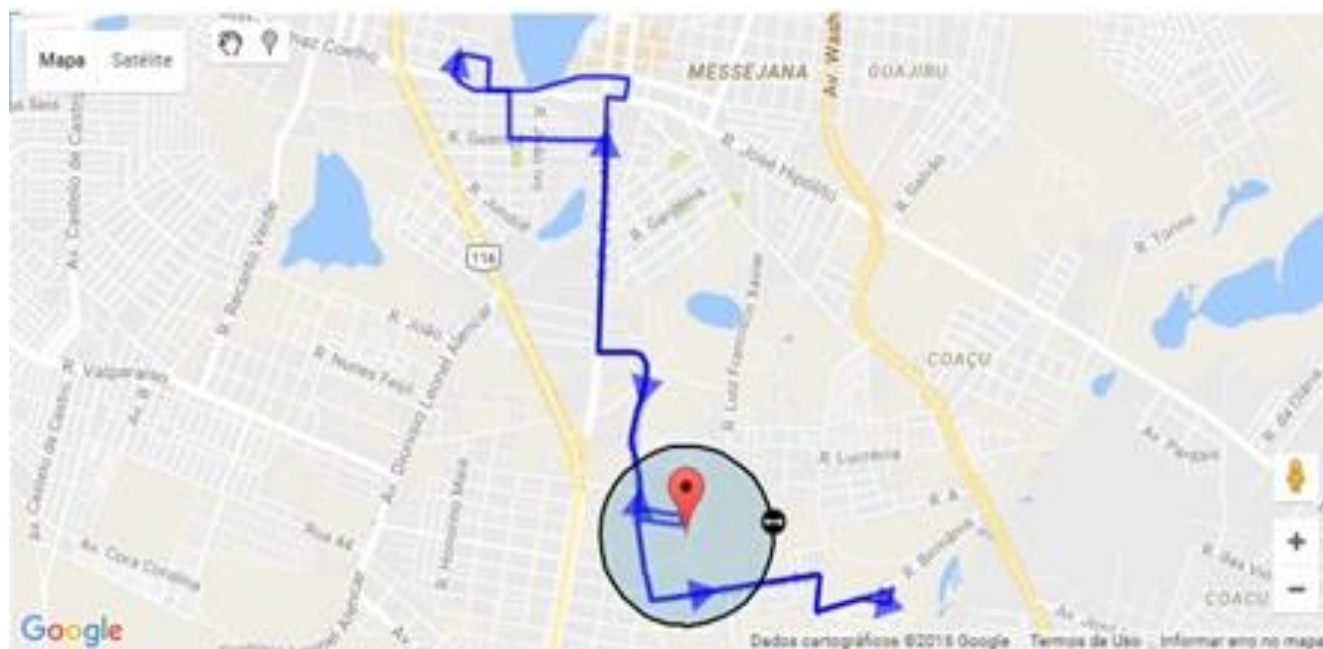
A seguir apresentam-se os respectivos mapas com a identificação do trajeto das duas principais linhas que circulam nas proximidades do Residencial Raquel de Queiroz, acima mencionadas:

MAPA 7 – ITINERÁRIO DA LINHA 620



Fonte: <http://tdurand.github.io/mapafortaleza/#line/620>. Acesso em 01/08/2016 às 9:53

MAPA 8 – ITINERÁRIO DA LINHA 632

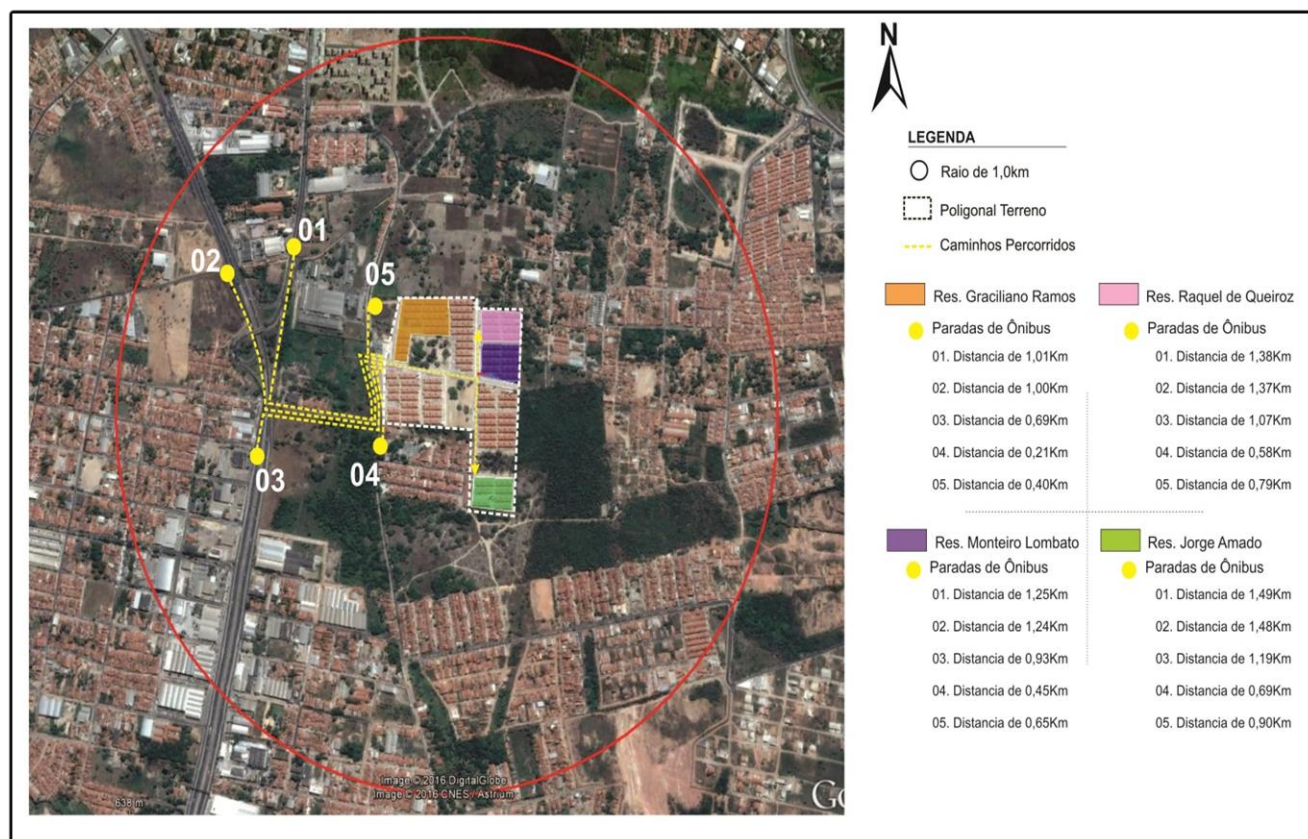


Fonte: <http://tdurand.github.io/mapafortaleza/#line/632>. Acesso em 01/08/2016 às 9:53



Apesar da constatação da existência de poucas linhas operantes no entorno do residencial, evidenciamos que tais linhas trafegam nas proximidades do mesmo, conforme o mapa abaixo, que apresenta, inclusive, as distâncias dos pontos de parada para cada um dos empreendimentos do complexo "Escritores":

MAPA 9 – TRANSPORTES – PARADAS DE ÔNIBUS



Fonte: Coordenação de Programas Habitacionais – HABITAFOR, 2016.

Ressalta-se que as linhas supracitadas, conforme nos informado pela ETUFOR, ainda não trafegam entre os empreendimentos por ausência de viabilidade técnica, conforme estudo realizado por esta secretaria.

Acrescentamos ainda que, além das formas de transporte acima mencionadas, a cidade também dispõe transportes complementares de vans, mototáxi e táxi.



2.3 Infraestrutura urbana básica do entorno

Quanto à infraestrutura urbana relativa às vias de acesso, o terreno está inserido na poligonal formada pela Rua Antero Quental, a oeste, Terreno particular, a norte, Terreno particular a leste, e o Conjunto Fernando de Noronha e terreno particular ao sul.

O arruamento do terreno foi projetado com vias locais, distribuídas de modo a cobrir a totalidade das edificações a serem construídas. Segundo informações da ETUFOR, na localidade existem em operação 11 linhas de ônibus no qual, são utilizados 02 canais principais de passagem mais próximos do Transporte Coletivo, que é a Rua Padre Pedro de Alencar e a Rua Antero Quental.

Na área o fornecimento de energia elétrica é feito pela Companhia Energética do Ceará (COELCE), no qual, a rede de iluminação pública existente está passando por ampliação, para atender o acréscimo da demanda do local.

Quanto ao abastecimento de água, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), é a responsável pela distribuição na área, havendo cobertura mais próxima na Rua Antero Quental. Em relação ao tratamento de esgoto, está sendo construída uma estação elevatória que servirá exclusivamente para atender a produção de esgoto do empreendimento, localizado próximo ao acesso principal, a Rua Antero Quental e então distribuído para a rede coletora existente na área.

Contudo, o efluente líquido tratado será jogado em uma rede de drenagem prevista no projeto, ligada a outra rede de drenagem existente no local. O projeto de drenagem de águas pluviais contempla toda a área do empreendimento e aproveita os corpos d'água presente no mesmo para a facilitação do escoamento de água e efluentes líquidos tratados e seu encaminhamento natural.

• **Uso e ocupação do solo e Zoneamento**

O terreno que compreende o residencial Raquel de Queiroz localiza-se na porção sudeste da cidade de Fortaleza, no bairro Paupina, região da cidade sob a

administração da Secretária Executiva Regional VI – SER VI, no qual tem como principal via de acesso ao empreendimento a Rua Antero Quental.

A área do terreno corresponde, aproximadamente, 169.826,70m² e está localizada na seguinte poligonal: Norte: Terreno de particular; Sul: Loteamento Fernando de Noronha e terreno particular; Leste: Terreno de particular e Oeste: Rua Antero Quental.

Em se tratando do Macrozoneamento do Plano Diretor Participativo da cidade de Fortaleza de 2009 – PDPFor 2009 - está inserido na ZOR (Zona de Ocupação Restrita), que faz relação as áreas caracteriza-se pela ocupação esparsa, carência ou inexistência de infraestrutura e equipamentos públicos e incidência de glebas e terrenos não utilizados.

São objetivos da Zona de Ocupação Restrita (ZOR) descritos pelo plano diretor: o de inibir, controlar e ordenar os processos de transformações e ocupações urbanas de modo a evitar inadequações urbanísticas e ambientais, implantar ou complementar a infraestrutura básica apenas nas áreas ocupadas, bem como conter a expansão e a ocupação urbanas.

O Plano Diretor regulamenta os seguintes instrumentos que deverão ser especialmente aplicados nos terrenos dessa Zona:

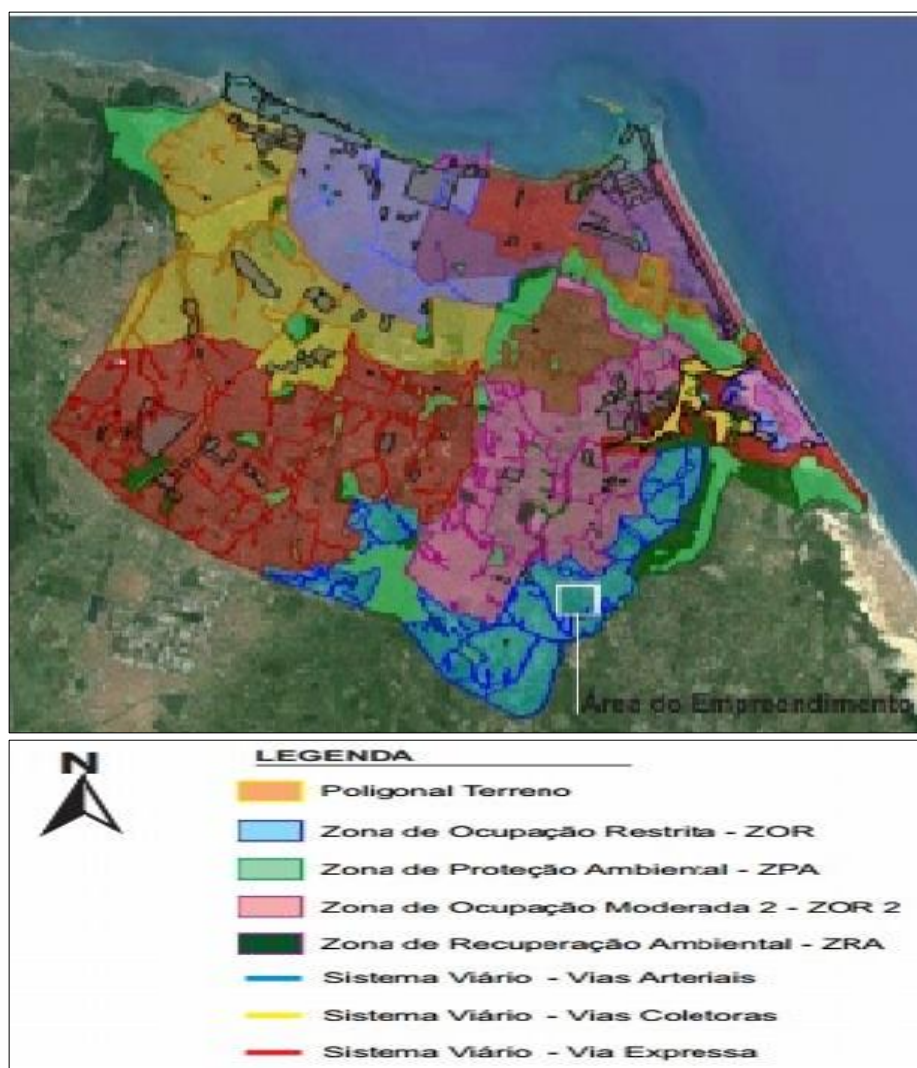
- I - direito de preempção;
- II - direito de superfície;
- III - estudo de impacto de vizinhança (EIV);
- IV - estudo ambiental (EA);
- V - Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)

No projeto do empreendimento foram respeitadas todas as diretrizes e índices específicos de ocupação do solo para estas áreas, respeitando os parâmetros estipulado NO PDPFor 2009, tais como: índice de aproveitamento básico: 1,0; índice de aproveitamento máximo: 1,0; índice de aproveitamento mínimo: 0,0; taxa de permeabilidade: 40%; taxa de ocupação: 45%; taxa de ocupação de subsolo: 45%; altura máxima da edificação: 15 m; área mínima de lote: 150 m²; testada mínima de lote: 6m; profundidade mínima do lote: 25 m.

Em relação a principal via de acesso do bairro, a Rua Padre Pedro de Alencar, o Plano Diretor Participativo de Fortaleza 2009 (PDPFor 2009) a classifica como uma Via Coletora, sendo a Rua Antero Quental, a rua de acesso ao empreendimento, classificada como via local.

Em relação à classificação das atividades do terreno, segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Fortaleza (LUOS), será do grupo R (residencial) e subgrupo R (residencial) e constituído por conjunto habitacional de interesse social (grupo de prédios de apartamentos) Código 00.00.07, classe 09 – 10 PE. O número mínimo de vagas de estacionamento de veículos será de 01 vaga para 03 unidades.

MAPA 9 – ZONEAMENTO E VIAS DE ACESSO



Fonte: Coordenação de Programas Habitacionais - HABITAFOR, 2016.

• Sistema Viário

Nas atividades concernentes ao sistema viário, segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Fortaleza (LUOS), o terreno tem uso adequado para a zona especial e é circundado por vias locais, que terá recuos de 5m de frente, de 3 m de lateral e de 3m de fundo. A de Observações: Norma 06 - O acesso direto ao automóvel, quando for exigida vaga interna para estacionamento, deverá estar de acordo com o PROJETO 2 (anexo 8.1.1 da LUOS; III – em todos os pavimentos a distância mínima entre blocos deverá ser igual ou superior a duas vezes o recuo lateral exigido considerando os acréscimos decorrentes da verticalização, para a classe do subgrupo de uso. (Art.60 da LUOS).

2.4 Equipamentos Comunitários e Serviços Públicos

A região onde se localiza o Residencial Raquel de Queiroz e os demais residenciais “Escritores” está localizada em uma área cujo acesso aos serviços essenciais de educação, saúde, esporte, lazer, transporte, entre outros se acham de fácil acesso, contudo devido ao crescimento da população da área, em decorrência da entrega das 1.920 unidades habitacionais entregues simultaneamente nessa região, tais equipamentos podem vir a não suprir a necessidade da população, cabendo ao Poder Público buscar remediar as consequências desse crescimento populacional repentino.

Um fato que se torna agravante para a situação de eminente aumento da população é que à época da contratação do complexo “Escritores”, no ano de 2010, não estava prevista a elaboração do Relatório de Diagnóstico de Demanda por Equipamentos e Serviços Públicos, somente exigido com a publicação da Portaria nº 168 de 12 de abril de 2013.

O documento supracitado preconiza a necessidade de, além da proposição de um estudo prévio da demanda a ser gerada, prevê ainda um comprometimento por parte dos entes públicos envolvidos visando o atendimento deste público alvo, conforme está disposto no ponto 3: “a) *Instrumento de Compromisso: documento firmado pelo Chefe*

do Poder Executivo local, comprometendo-se pela execução das ações necessárias ao atendimento das demandas geradas pelo empreendimento.”

Contudo, aliado à ausência deste prévio estudo, vale salientar que o perfil das famílias residentes pode ter sido alterado, o que torna-se inviável atualmente conhecer a real carência de atendimento por equipamentos e serviços por parte das famílias, sendo imprescindível que, tão logo a empresa inicie as atividades previstas no Trabalho Social, tenha posse de informações atualizadas acerca do número e perfil de moradores, bem como de suas necessidades atuais e quais famílias apresentam uma vulnerabilidade e risco social maiores e que devem ser priorizadas pela ação pública.

Devem ser pensadas ações que facilitem esse contato inicial e entrevistas com lideranças instauradas nos empreendimentos, reuniões com a população em geral e os gestores dos equipamentos públicos e comunitários da área, buscando parcerias com instituições afins como igrejas, clubes, dentre outros, como equipamentos aliados para o estabelecimento desse trabalho com as famílias.

Com base destas informações, pode-se pensar na melhoria, ampliação e manutenção dos referidos equipamentos, segundo a carência por serviços apontada pelas próprias famílias.

Ressalta-se ainda que passados quatro meses da entrega das unidades habitacionais, muitas famílias já encontraram estratégias para utilização destes equipamentos, bem como se deve considerar que há um contínuo processo de transformação dos centros urbanos, principalmente no tocante ao bairro Paupina, que teve de se adequar ao aumento populacional que ocorreu na região.

Portanto, pretende-se com o início da execução das atividades pensadas no PDST, conhecer as famílias mais de perto e buscar promover a participação e a inserção social das mesmas nas políticas públicas disponíveis, conforme a necessidade real de cada uma.

Segundo dados repassados pelas respectivas secretarias responsáveis por tais serviços essenciais, no entorno do empreendimento existem os seguintes equipamentos:

- **Educação**

Quanto aos equipamentos de educação, a região mostra-se relativamente bem suprida, pois possui 4 creches, 5 Centros de Educação Infantil, 9 escolas de ensino infantil e fundamental, 4 de ensino fundamental, 2 de ensino fundamental e médio, 1 de ensino médio e 1 escola profissionalizante, conforme consta na tabela a seguir:

Equipamentos de Educação				
Equipamento	Nome	Endereço	Distância do Empreendimento	Vagas Disponíveis
Creche	Força Maior	Rua Luciano Alves, 2971 - Jangurussu	2,17 Km	3
Creche	Arca dos Sonhos	Rua Floresta, s/n - Messejana	1,98 Km	0
Creche	Pôr-do-Sol	Rua Zumbi, 430 - Coaçu	1,86 Km	-
Creche	União da Paupina	Rua Luiz Francisco Xavier, 1113 - Paupina	0,32 Km	-
CEI	Cônego Francisco Pereira da Silva	Rua Luiz Francisco Xavier, 256 - Paupina	1,08 Km	-
CEI	Jornalista José Blanchard Girão da Silva	Rua Iracema, 1110 - Jangurussu	2,05 Km	10
CEI	José Moreira Leitão	Rua Coronel Honorina Maia, 467 - Ancuri	1,30 Km	0
CEI	José Moreira Leitão Unidade II	Rua Coronel Honorina Maia, 467 - Ancuri	1,33 Km	36
CEI	Professor Anísio Teixeira	Travessa. Guarani, 355	0,93 Km	6



		- Paupina		
EMEIF	Maria de Jesus Oriá Alencar	Rua Mulheres de areia, 61 - Jangurussu	2,49 Km	41
EMEIF	Guiomar da Silva Almeida	Rua Perolina de Morais, 449 - Paupina	1,88 Km	-
EMEIF	Manoelito Guimarães Domingues	Rua Heriberto Onofre, s/n - Ancuri	2,05 Km	61
EMEIF	Professor Anísio Teixeira	Travessa Guarani, 355 - Paupina	1,03 Km	75
EMEIF	Cônego Francisco Pereira da Silva	Rua Luiz Francisco Xavier, 256 - Paupina	1,07 Km	-
EMEIF	José Moreira Leitão	Rua Coronel Honorina Maia, 467 - Ancuri	0,84 Km	60
EMEIF	José Barros de Alencar	Rua Gardênia, s/n, Parque Mamoeiro - Paupina	1,37 Km	66
EMEIF	Jornalista José Blanchard Girão	Rua Iracema, 1110 - Conjunto Palmeiras	4,23 Km	73
EMEIF	João Nogueira Jucá	Rua B, 10, Loteamento Esplanada Messejana - Coaçu	1,66 Km	-
EMEF	Angélica Gurgel	Rua Doutor Pergentino Maia, 375 - Messejana	2,22 Km	-
EMEF	Bárbara de Alencar	Rua Capitão Porfírio, 544 - Ancuri	1,16 Km	13



EMEF	Demócrito Rocha	Rua Padre Pedro de Alencar, 2012 - Ancuri	0,76 Km	115
EMEF	Vereador José Barros de Alencar	Rua B, 48, Conjunto Santos Dias - Jangurussu	1,68 Km	66
EEFM	Poeta Otacílio Colares	Rua Jorge da Veiga, 285 - Ancuri	1,26 Km	486
EEFM	José de Alencar	Rua Vaneza, 84 - Messejana	1,65 Km	455
EEM	Dep. Paulo Benevides	Rua Angélica Gurgel, 186 - Messejana	1,95 Km	470
EEP	José de Barcelos	Rua Angélica Gurgel, 362 - Messejana	1,97 Km	120

Vale salientar que especificamente no que se refere aos equipamentos de educação, após encontro entre a HABITAFOR, Distrito de Educação da Regional VI e a Secretaria Municipal de Educação – SME foi acordado a readequação imediata das escolas existentes na região com estratégias do tipo: aumento de turmas e de salas, com transformação de bibliotecas e/ou salas de estudo em novas salas de aula, dentre outras alternativas.

Os mapas abaixo identificam o empreendimento e situam equipamentos de educação existentes na região, supramencionados:



MAPA 10 – EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL



LEGENDA

○ Raio de 2,5km

■ Poligonal Terreno

● CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

1. CEI - Cônego Francisco Pereira da Silva - 1,08Km
2. CEI - Jornalista José Blanchard Girão da Silva - 2,05Km
3. CEI - José Moreira Leitão - 1,30Km
4. CEI - José Moreira Leitão Unid.II - 1,33Km
5. CEI - Professor Anísio Teixeira - 0,93Km
6. Creche - Força Maior - 2.17Km
7. Creche - Arca dos Sonhos - 1,98Km
8. Creche - Pôr-do-sol - 1,86Km
9. Creche - União Paupina - 0,32km

Fonte: Coordenação de Programas Habitacionais - HABITAFOR, 2016.



MAPA 11 – EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO



LEGENDA

○ Raio de 2,5km

▭ Poligonal Terreno

● EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS

1. EMEIF • Maria de Jesus Oriá Alencar • 2,49Km
2. EMEIF • Guiomar da Silva Almeida • 1,88Km
3. EMEIF • Manoelito Guimarães Domingues • 2,05Km
4. EMEIF • Professor Anísio Teixeira • 1,03Km
5. EMEIF • Cônego Francisco Pereira da Silva • 1,07Km
6. EMEIF • José Moreira Leitão • 0,84Km
7. EMEIF • José Barros de Alencar • 1,37Km
8. EMEIF • Jornalista José Blanchard Girão • 4,23Km
9. EMEIF • João Nogueira Jucá • 1,86Km
10. EMEF • Angélica Gurgel • 2,22Km
11. EMEF • Bárbara de Alencar • 1,16Km
12. EMEF • Demócrito Rocha • 0,76Km
13. EMEF • Versador José Barros de Alencar • 1,68Km
14. EEFM • Poeta Otacilio Colares • 1,26Km
15. EEFM • José de Alencar • 1,65Km
16. EEM • Dep. Paulo Benevides • 1,95Km
17. EEP • José de Barcelos • 1,97Km

Fonte: Coordenação de Programas Habitacionais – HABITAFOR, 2016.



- **Saúde**

A região que compreende o complexo de condomínios “Escritores” é bem atendida por equipamentos públicos de saúde, a saber: 02 Postos de Saúde, 02 Unidades de Atenção Primária – UAPS, 01 Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, 01 Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, 03 Hospitais e 01 Unidade de Pronto Atendimento – UPA.

Dos equipamentos supramencionados, a maioria deles dista menos que 2,5 km de distância do Residencial, o que se resulta em uma informação satisfatória no que se refere ao atendimento das famílias beneficiárias. Os respectivos endereços, capacidades de atendimento e distâncias do empreendimento podem ser observadas na tabela e mapa abaixo:

Equipamentos de Saúde				
Equipamento	Nome	Endereço	Distância do Empreendimento	Capacidade de Atendimento
CEO	CEO Messejana	Rua Guilherme Pessoa, s/n, Casa Verde, Messejana	1,04 Km	1.400/ao mês
UAPS	UAPS Messejana	Rua Aveledo, s/n - Messejana, Fortaleza	1,70 Km	32.000
UAPS	UAPS Anísio Teixeira	Rua Guarani, 355 - Messejana	0,94 Km	32.000
CAPS	CAPS Messejana	Rua Manoel Castelo Branco, 700 - Messejana	3,55 Km	30/turno/dia
POSTO	Posto de Saúde Prof. Anísio Teixeira	Rua Guarani, 355 - Messejana	0,99 Km	32.000
POSTO	CS Messejana	Rua Coronel Guilherme Alencar, s/n	2,23 Km	32.000



		- Messejana		
HOSPITAL	Frotinha Messejana	Av. Presidente Costa e Silva, 1578 - Messejana	3,17 Km	30/ ao dia Abrangência
HOSPITAL	Gonzaguinha Messejana -	Av. Washington Soares, 7700 - Messejana	3,35 Km	300/ ao dia Abrangência de 200 a 300 mil habitantes
HOSPITAL	Hospital Geral Dr. Waldemar Alcântara	Rua Dr Pergentino Maia, 1559 - Messejana	2,36 Km	300/ ao dia Abrangência de 200 a 300 mil habitantes
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	UPA Messejana	Rua Miguel Gurgel, s/n - Messejana	1,55 Km	150/ao dia Abrangência de 50 a 100 mil habitantes

Tais equipamentos mencionados na tabela acima também estão identificados no mapa que se segue:



MAPA 12 – EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE



LEGENDA

○ Raio de 2,5km

▭ Poligonal Terreno

⬡ EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

1. CEO Messejana - 1,04Km
2. UAPS Messejana - 1,70Km
3. CAPS Messejana - 3,55Km
4. UAPS Anísio Teixeira - 0,94Km
5. Frotinha Messejana - 3,17Km
6. CS Messejana - 2,23Km
7. Gonzaguinha Messejana - 3,35Km
8. Posto de Saúde Prof. Anísio Teixeira - 0,99Km
9. Hospital Geral Dr. Waldemar Alcantar - 2,36k
10. UPA Messejana - 1,55Km

Fonte: Coordenação de Programas Habitacionais - HABITAFOR, 2016.



- **Assistência Social**

No tocante à cobertura e à oferta na rede de serviços e equipamentos de assistência social, identificamos a existência de 02 Centros de Referência da Assistência Social - CRAS na região próxima ao empreendimento, sendo inclusive um destes com distância superior ao raio de 2,5 km. Isso infere, provavelmente, na necessidade de novos equipamentos desta natureza, em decorrência da grande demanda populacional quando se une o público do Residencial Raquel de Queiroz com os dos demais "Escritores".

Além disto, o CRAS localizado mais próximo do residencial já não disponibiliza vagas para novos atendimentos, conforme anteriormente indicado pela secretaria municipal responsável.

Ademais, ressalta-se que o Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, presente na Regional VI tem uma longa distância do empreendimento.

Os CRAS encontrados na região podem ser observados na tabela:

Equipamentos de Assistência Social							
Equipamento	Nome	Endereço	Distância do Empreendimento	Telefone	Referência Prevista	Referência Atual	Vagas Disponíveis
Centro de Referência de Assistência Social	CRAS Conjunto Palmeiras	Avenida Iracema, nº 1860, Conjunto Palmeiras	1,98 Km	(85) 3488-3320	Até 5.000 famílias	10.453	Não
Centro de Referência de Assistência Social	CRAS Messejana	Rua 10, nº 75, Conjunto João Paulo II/Messejana	3,82 Km	(85) 98970-4058	Até 5.000 famílias	Não informado	Não informado


Logo abaixo é possível visualizar o mapa com a localização dos equipamentos supramencionados:



MAPA 13 – EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



LEGENDA

 Raio de 2,5km

 Poligonal Terreno

EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. CRAS Conjunto Palmeiras - 1,98Km

2. CRAS Messejana - 3,82Km

Fonte: Coordenação de Programas Habitacionais - HABITAFOR, 2016.



- **Segurança Pública**

No tocante à oferta e infraestrutura de serviços de segurança pública na região do Residencial Raquel de Queiroz, foram identificados os seguintes equipamentos:

Equipamentos de Segurança Pública					
Equipamento	Nome	Endereço	Distância do Empreendimento	Telefone	Email
Delegacia	Delegacia de Polícia Civil	Rua Coronel Dionísio Alencar, 100 - Messejana	2,16 Km	3101-3533	policiacivil.ce.gov.br
Delegacia	30º Distrito Policial	Avenida Contorno Norte, 190, Conjunto São Cristóvão	4,20 Km	3101-3525 / 3101-3526	30dp@policiacivil.ce.gov.br
Delegacia	35º Distrito Policial	Avenida Prof. José Artur de Carvalho, s/n, Lagoa Redonda	3,49 Km	3101-4481 / 3101-4429	35dp@policiacivil.ce.gov.br
Delegacia	6º Distrito Policial	Rua Pe. Pedro Alencar, 1091 - Messejana.	1,89 Km	3101.3533	6dp@policiacivil.ce.gov.br

Vale salientar que dos equipamentos acima enumerados, a delegacia que se localiza mais próxima ao residencial é, de fato, a que já realiza o atendimento às famílias que por ventura venham a necessitar dos serviços. Trata-se do 6º Distrito Policial, localizado na mesma avenida onde se situa a Regional VI, local de fácil acesso e bem conhecido dentre as famílias.

Pode-se vislumbrar a localização dos equipamentos acima especificados no mapa abaixo:



MAPA 14 – EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA



LEGENDA

○ Raio de 2,5km

■ Poligonal Terreno

⬡ EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

1. Delegacia de Policia Civil - 2,16Km
2. 6° Distrito Policial - 1,89km
3. 35° Distrito Policial - 3,49km
4. Delegacia do 30° Distrito Policial - 4,20km

Fonte: Coordenação de Programas Habitacionais – HABITAFOR, 2016.

Avenida Aguanambi, 1770 • Fátima • CEP 60055-403 • Fortaleza, Ceará, Brasil
85 3488-3374





- **Esporte e Lazer**

Os locais públicos disponíveis mais próximos à região do empreendimento são praças e campos de futebol. Há um equipamento público de grande valia para a população, que é o CUCA do Jangurussu, contudo ele dista 4 km do Residencial o que dificulta o atendimento das famílias beneficiárias por este local, principalmente no que se refere ao público jovem.

Mesmo com a longa distância, por tratar-se de uma provável ferramenta importante para execução de atividades com o público beneficiado, o CUCA e os demais locais identificados como opções de lazer e esporte são vislumbrados no mapa abaixo:

MAPA 15 – ÁREAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER



LEGENDA

○ Raio de 2,5km

Poligonal Terreno

● EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER

1. CUCA Jangurussu - 4,00Km
2. Praça de Messejana - 2,12Km
3. Praça do Guajeru - 2,58Km
4. Campinho de futebol - 1,17km
5. Praça do vôlei - 1,95km
6. Campo de futebol - 2,17km
7. Campo do Novo Líder - 2,45km

Fonte: Coordenação de Programas Habitacionais – HABITAFOR, 2016.



3. CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS

No histórico de Fortaleza, três aldeamentos foram os principais: Parangaba, Soure (Caucaia) e Paupina (atual Messejana), que posteriormente passou a ser a Vila Nova de Messejana.

A partir do ano 1690 é que foi formada a aldeia da Paupina, onde grande parte dos que a habitavam faziam parte da aldeia da Parangaba. Outra explicação para o nome Paupina, além do fundador Padre Pinto, segundo historiadores, seria também uma origem indígena que significa “lagoa limpa” ou “lagoa descoberta”.

Atualmente, pode-se considerar que o bairro Paupina não se confunde com o bairro Messejana, pois o mesmo começou a ser urbanizado a partir dos anos 70. Em decorrência desta ocupação “tardia”, o bairro conta com privilégios que poucos bairros têm na atualidade: uma extensa área verde, baixa densidade demográfica, ruas tranquilas com pouco tráfego e moradores que residem há longo período na região e por isto, se conhecem e reconhecem o bairro.

Segundo informações contidas no BIC, apenas uma família beneficiária do Residencial Raquel de Queiroz residia no bairro Paupina. Contudo, foram identificadas famílias que anteriormente moravam em bairros circunvizinhos a Paupina, o que nos mostra que algumas famílias já conhecem a regional onde se situa o empreendimento. Porém, vale ressaltar que são poucas as famílias que residiam na região, totalizando apenas 16 famílias, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1: Procedência da Família

Procedência da família		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Ancuri	5	2,60%
Barroso	5	2,60%
Cajazeiras	4	2,08%
Jangurussu	1	0,52%
Paupina	1	0,52%
Demais bairros	169	88,02%
Não Informado	7	3,65%

Total	192	100%
--------------	------------	-------------

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Diante do exposto, dada a grande quantidade de famílias que aparentemente desconhecem a região, pode-se evidenciar a necessidade de se intensificar as atividades que levem tais beneficiários a conhecer o bairro e a região onde passaram a residir.

Através dos dados também oriundos do BIC, mostrou-se que grande parte das famílias residia há no mínimo um ano em suas residências anteriores, com 36,98% do total, o que denota relativo vínculo com a região onde anteriormente viviam. Nos chama a atenção quanto ao tempo de moradia anterior o dado de pouco mais de 17% das famílias que residiam há mais de 10 anos no mesmo local. Trata-se de um número relevante de 34 famílias beneficiárias que nos leva a considerar que em tais casos estas residiam em coabitação, imóveis cedidos ou em moradias precárias, como ocupações irregulares, por exemplo, ou seja, algo que lhes levassem a permanecer no local onde moravam, seja por vínculo e/ou por necessidade. Esses dados podem ser observados na tabela abaixo:

Tabela 2: Tempo de Moradia

Tempo de moradia		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
0 a 1	62	32,29%
1 a 5	71	36,98%
5 a 10	25	13,02%
Acima de 10	34	17,71%
Total	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Portanto, se adicionarmos os percentuais referentes à moradia anterior, temos que 30,73% das famílias residiam no período entre 5 e mais de 10 anos em suas moradias anteriores, o que para este público torna-se provável a dificuldade maior de adaptação à nova moradia. Já para 69,27% das famílias moravam entre 0 e 5 anos

em seus respectivos endereços anteriores, há uma maior possibilidade de se acostumarem mais rapidamente ao novo ambiente.

No que concerne à condição de moradia, vimos que 60,42% das famílias beneficiadas residiam de aluguel, o que mostra ser o beneficiamento com a unidade habitacional bastante satisfatório.

Ressalta-se que 12 famílias beneficiárias do Residencial Raquel de Queiroz são advindas do Programa de Locação, onde estas recebiam o valor de R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) para custeio com o aluguel. É de suma importância intensificar as ações para estas famílias a fim de que estas criem vínculo com a nova moradia e se habituem com os novos custos que a mesma trará como a parcela do financiamento e as taxas condominiais. Outro fato a se considerar é o valor do benefício que os mesmos passaram a não mais receber.

Em segunda maior incidência de casos encontramos aquelas famílias que residiam em imóveis cedidos, com 30,21% das ocorrências. Quando relacionamos esse dado com a tabela anterior podemos supor que dentre estas famílias encontram-se àquelas que residem há mais de 10 anos na moradia, conforme encontrado na tabela anterior. Assevera-se ainda que para este público também torna-se oneroso custear os valores com a nova moradia, dado o fato de anteriormente não arcarem com valor de aluguel.

As demais quantidades encontradas estão dispostas no quadro a seguir:

Tabela 3: Condição de Moradia

Condição de moradia		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Adquirida	4	2,08%
Alugada	116	60,42%
Cedida	58	30,21%
Ocupada	14	7,29%
Total	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Ainda concernente ao custeio de aluguel, a Fundação João Pinheiro em seus estudos acerca do déficit habitacional tem como um de seus parâmetros o

quantitativo do ônus excessivo de aluguel, que se baseia quando uma família compromete mais de 30% de sua renda com aluguel. Assim, diante dos dados acima encontrados, no que se refere às famílias que residiam anteriormente nesta condição, ao fazermos um comparativo entre a renda familiar e o valor do aluguel, temos os quantitativos abaixo, no tocante à família se enquadrar ou não no parâmetro do ônus excessivo de aluguel:

Tabela 4: Ônus excessivo de aluguel

Ônus excessivo de aluguel		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	87	75%
Não	29	25%
Total	116	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Portanto, temos que a maior parte das famílias beneficiárias que residiam em imóvel alugado realmente estava inserida no índice de déficit habitacional. Para tanto, referente à adaptação à nova moradia, faz-se necessário enfatizar a relevância do recebimento da unidade habitacional para este grupo, pois a parcela do financiamento é costumeiramente inferior ao dos aluguéis de imóveis, valor este, vale ressaltar, que tais famílias estarão custeando por um imóvel que será próprio, após o término do financiamento.

- Habitação predominante

Conforme dados encontrados identificamos, como mostra a tabela abaixo, que a maioria dos imóveis anteriores das famílias beneficiadas no Residencial Raquel de Queiroz era construída em alvenaria como material predominante, com 97,40% do total encontrado. Portanto, destes dados podemos concluir que poucas famílias beneficiárias residiam em condições precárias no que se refere à tipologia construtiva das moradias anteriores:

Tabela 5: Tipologia da Construção

Tipologia de Construção		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Alvenaria	187	97,40%
Madeira	4	2,08%
Taipa	1	0,52%
Total	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Com relação às demais condições de habitabilidade anteriormente vivenciadas pelas famílias, vimos que a vasta maioria utilizava suas moradias anteriores exclusivamente para fins de residência, em 97,40% dos casos. Porém 1 família utilizava predominantemente para fins comerciais, enquanto 4 das moradias serviam como residência e comércio, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 6: Uso do Imóvel

Uso do Imóvel		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Comercial	1	0,52%
Misto	4	2,08%
Residencial	187	97,40%
Total	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Ressalta-se que tais formas de comércio entre os beneficiários tem que ser observadas quanto à sua natureza, pois a depender do tipo de atividade, estas terão de ser substituídas caso venham a descaracterizar os imóveis.

No tocante à ligação com a rede de esgoto a maioria das famílias dispunha de ligação (65,63%). Porém 53 famílias não dispunham deste serviço, como mostra a tabela seguinte:

Tabela 7: Ligação com a rede de esgoto

Ligação com a rede de esgoto		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
C/Ligação	126	65,63%
Clandestina	13	6,77%
Inexistente	53	27,60%
Total Geral	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Já com relação da rede de água e energia elétrica, 78,65% das famílias dispunham de ligação oficial com a rede de água, inclusive com hidrômetro individual, e com relação à rede elétrica, 168 famílias, o que corresponde a 87,50% do total tinham fornecimento deste serviço de forma regular. As tabelas abaixo mostram todos os quantitativos:

Tabela 8: Ligação com a rede de água

Ligação com a rede de água		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Clandestina	19	9,90%
Hidrômetro Coletivo	9	4,69%
Hidrômetro Individual	151	78,65%
Inexistente	8	4,17%
Sem Hidrômetro	5	2,60%
Total Geral	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Tabela 9: Ligação com a rede elétrica

Ligação com a rede elétrica		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Clandestina	20	10,42%
Inexistente	4	2,08%
Oficial	168	87,50%
Total Geral	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Referente à destinação do lixo, a ampla maioria das famílias beneficiárias utilizavam o serviço de coleta de lixo do município. Contudo, dentre as famílias existem aquelas que costumavam descartar o lixo em calçadas e ruas, ou até mesmo em terrenos baldios, como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 10: Destinação do Lixo

Destinação do Lixo		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Calçada/Rua	15	7,81%
Calçada/Rua, Coletado	47	24,48%
Coletado	121	63,02%
Coletado, Contêiner	2	1,04%
Contêiner	5	2,60%
Enterrado	1	0,52%
Terreno Baldio	1	0,52%
Total Geral	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Assim, ações destinadas ao bom uso do lixo se fazem extremamente necessárias entre o público beneficiário do Residencial Raquel de Queiroz.

- Existência de situações de risco na área

As informações referentes às áreas de risco entre as habitações anteriores das famílias beneficiadas no dito empreendimento se mostra relevante haja vista ser esta situação considerada como um dos critérios de prioridade para o beneficiamento no PMCMV, conforme a Lei 11.977/2009 e nas demais portarias subsequentes publicadas pelo Ministério das Cidades.

Além deste fato, assevera-se que a permanência de uma família numa área de risco afeta diretamente no aumento da problemática dos riscos e perigos aos quais a população em geral pode estar sendo vitimada e, conseqüentemente, o grande valor que o beneficiamento acarretou para estas famílias.

Como resultado encontrado nos BIC's, tivemos o quantitativo de 43 famílias que residiam em áreas de risco antes de receberem seus imóveis no empreendimento Raquel de Queiroz o que equivale a menos de 1/3 do público entrevistado, como mostra a tabela seguinte:

Tabela 11: Situação de Risco

Situação de Risco		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Não	149	77,60%
Sim	43	22,40%
Total	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Ao questionarmos junto às 43 famílias que residiam nestas condições acerca dos tipos de riscos a que estavam submetidas em suas moradias anteriores, encontramos como resultado os seguintes tipos:

Tabela 12: Tipo de Risco

Tipo de risco		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Alagamento/Inundação	31	72,09%
Alagamento/Inundação, Deslizamento / Soterramento	1	2,33%
Alagamento/Inundação, Estrutural	1	2,33%
Deslizamento / Soterramento	2	4,65%
Erosão, Estrutural	1	2,33%
Erosão, Estrutural, Insalubridade	1	2,33%
Estrutural	5	11,63%
Insalubridade	1	2,33%
Total	43	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Conforme já citado, os dados elencados referentes às famílias beneficiadas no Residencial Raquel de Queiroz foram extraídos dos BIC's, preenchidos de forma

eletrônica com as famílias, no momento em que foram convocadas, após o sorteio habitacional, para o preenchimento do dossiê a ser encaminhado à instituição financeira. Posteriormente, houve a agregação dos dados para diagnóstico da população beneficiária e todo o panorama está explanado abaixo:

- Perfil do Responsável Familiar e cônjuges

• Gênero

Segundo dados identificados após análise dos BIC's, vimos que a maioria dos imóveis entregues no Residencial Raquel de Queiroz pertence à mulheres, onde 95,31% das unidades pertencem à mulheres. Dessa forma, reafirma-se a preferência pela titularidade feminina segundo rege o programa:

Tabela 13: Sexo do titular dos Imóveis

Sexo do Titular dos Imóveis		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Feminino	183	95,31%
Masculino	9	4,69%
Total	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Informação semelhante à da titularidade do imóvel, foi a expressiva quantidade de famílias chefiadas por mulheres, com 96,88% das moradias tendo a mulher mantenedora do lar. Este dado é de fato relevante, pois das famílias beneficiárias apenas 25 apresentam cônjuge e ainda assim somente 6 famílias tem homens como chefes de família, como está demonstrado a seguir:

Tabela 14: Chefe de Família quanto ao gênero

Chefe de Família quanto ao Gênero		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Feminino	186	96,88%

Masculino	6	3,13%
Total	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Disto podemos entender que, a priori, a maioria das mulheres beneficiadas possui algum tipo de renda, seja formal ou informal e, com isto, podemos intensificar as ações relativas ao desenvolvimento socioeconômico das famílias (Eixo DS) com maior atenção para os homens presentes no residencial, sejam estes cônjuges ou membros da família, a fim de que estes passem a complementar a renda das famílias ou a serem inseridos no mercado formal de trabalho.

● Faixa Etária

Vislumbra-se que no Residencial Raquel de Queiroz a ampla maioria dos titulares dos imóveis tem idades entre 30 e 39 anos, o que compreende 31,77% deste universo. Somando-se os percentuais maiores, concluímos que se sobressai a quantidade de titulares com faixa etária de 30 a 49 anos, o equivalente a 57,29% do total, com apenas 6,25% de idosos acima de 65 anos. Isto significa que a maioria deste público de fato encontra-se na faixa etária economicamente ativa e relaciona-se realmente na informação anterior quanto aos chefes de família.

Quanto à informação dos idosos titulares, este número quantitativamente equivale a 12 idosos beneficiados, conforme indica a tabela a seguir. Portanto, a obrigatoriedade prevista nas normativas da reserva de 3% das unidades reservadas para este público foi devidamente atendida, uma vez que este percentual seria de aproximadamente 6 unidades.

Tabela 15: Faixa etária dos titulares

Faixa Etária dos titulares		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
18 a 19	1	0,52%
20 a 24	9	4,69%
25 a 29	37	19,27%

30 a 39	61	31,77%
40 a 49	49	25,52%
50 a 59	23	11,98%
60 a 65	7	3,65%
Acima de 65	5	2,60%
Total	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

● **Escolaridade**

Concernente à escolaridade dos responsáveis familiares, temos que a maioria destes tem o Ensino Fundamental Incompleto, com ocorrência de 42,19%. Somados os percentuais de escolaridade inferior, encontra-se um quantitativo de 56,77%, ou seja, mais da metade dos titulares dos imóveis possuem escolaridade até o ensino fundamental completo. A tabela abaixo apresenta os demais percentuais:

Tabela 16: Grau de Escolaridade dos titulares

Grau de Escolaridade dos titulares		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Analfabeto(a)	8	4,17%
Alfabetizado(a)	5	2,60%
Ensino Fundamental Incompleto	81	42,19%
Ensino Fundamental Completo	15	7,81%
Ensino Médio Incompleto	32	16,67%
Ensino Médio Completo	43	22,40%
Curso Técnico Incompleto	1	0,52%
Curso Técnico Completo	1	0,52%
Curso Superior Incompleto	4	2,08%
Curso Superior Completo	2	1,04%
Total	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Com este resultado, conclui-se que entre os titulares predomina uma baixa escolaridade e, mesmo considerando que estes, em sua maioria, mantêm seus núcleos familiares, infere-se a necessidade de melhorar tais índices, com vistas a melhorar as

condições funcionais dos mesmos, bem como ampliar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Um fato relevante é que este índice de baixa escolaridade identificado no Residencial Raquel de Queiroz dentre os responsáveis familiares mostra-se difícil de ser revertido, pois a ampla maioria (93,75%) deste público não estuda, conforme indica a tabela a seguir:

Tabela 17: Titulares que estudam

Titulares que estudam		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	12	6,25%
Não	180	93,75%
Total	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

De fato, é interessante incentivar o retorno aos estudos destes titulares, para buscar melhorias nos índices de escolaridade dentre os mesmos.

● Situação de Trabalho

Quanto à situação de trabalho dos titulares do empreendimento, conforme informações repassadas, 142 destes informaram exercer atividade laboral, enquanto outros 50 afirmaram não trabalhar, o que se subentende outras fontes de renda como pensões, benefícios e/ou aposentadorias. A seguir esta informação:

Tabela 18: Titular trabalha

Titular trabalha		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	142	73,96%
Não	50	26,04%
Total	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Dos titulares que afirmam trabalhar, a condição funcional dos mesmos, conforme demonstra a tabela abaixo, a ampla maioria, 31,77% são autônomos, estando apenas 29,69% deste público devidamente empregado. Quanto à eventualidade no trabalho denotaram trabalhar desta forma 25 titulares, demonstrando total fragilidade na condição funcional. Sobressaiu-se também a maioria de 72,40% dos titulares sem vínculo empregatício. As tabelas que se seguem mostram os referidos dados:

Tabela 19: Condição Funcional dos titulares

Condição Funcional dos titulares		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Empregado(a)	57	29,69%
Desempregado(a)	15	7,81%
Autônomo(a)	61	31,77%
Eventual	25	13,02%
Aposentado(a)	5	2,60%
Pensionista	2	1,04%
Não possui	27	14,06%
Total	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Tabela 20: Vínculo Empregatício dos titulares

Vínculo Empregatício dos titulares		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	53	27,60%
Não	139	72,40%
Total	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Já com relação aos tipos de profissão identificados, temos que dentre a variedade de opções identificadas, a que apareceu em maior frequência foi a de diarista, com 21,35% dos casos, o que reafirma as informações anteriores de ausência de vínculo empregatício e eventualidade no trabalho. Outro dado que se sobressaiu foi a de donas de casa/do lar, com 31 pessoas o equivalente a 16,15% do total. Outras

atividades como, auxiliar de serviços gerais, costureiro(a) e vendedor(a) também foram identificadas em destaque maior que as demais, além de 9 titulares que denotaram não ter profissão, conforme está vislumbrado a seguir:

Tabela 21: Tipos de Profissões dos Titulares

Tipos de Profissões dos Titulares		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Agente de saúde	1	0,52%
Artesão	4	2,08%
Atendente de telemarketing	1	0,52%
Auxiliar Administrativo	5	2,60%
Auxiliar de cozinha	8	4,17%
Auxiliar de produção	5	2,60%
Auxiliar de serviços gerais	12	6,25%
Auxiliar educacional	1	0,52%
Balconista	1	0,52%
Cabeleireiro(a)	2	1,04%
Comerciante	1	0,52%
Costureiro(a)	12	6,25%
Depilador(a)	1	0,52%
Diarista	41	21,35%
Digitador(a)	1	0,52%
Do lar/Dona de Casa	31	16,15%
Economista doméstico(a)	1	0,52%
Empregado(a) Doméstica	6	3,13%
Empresário(a)/Microempresário(a)	1	0,52%
Esteticista	1	0,52%
Feirante	1	0,52%
Garçom/Garçonete	2	1,04%
Lavador/Lavadeira	1	0,52%
Manicure	6	3,13%
Marceneiro(a)	1	0,52%
Massoterapeuta	1	0,52%
Motorista	2	1,04%
Não possui	9	4,69%
Operador de Caixa	1	0,52%
Outra	5	2,60%
Recepcionista	1	0,52%

Segurança privada	1	0,52%
Técnico em enfermagem	2	1,04%
Vendedor(a)	15	7,81%
Zelador(a)	8	4,17%
Total Geral	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Assim, devido ao número significativo de donas de casa/do lar no empreendimento, podemos concluir que seria favorável pensar em atividades destinadas para este público, com o intuito de buscar, além de ocupar o tempo ocioso de tais mulheres, tentar melhorar o rendimento das famílias beneficiárias, com atividades laborais que possam vir complementar a renda familiar dos beneficiários.

No que se refere aos cônjuges, dos 25 que foram identificados dentre as famílias beneficiárias do Residencial Raquel de Queiroz, temos que 32% destes não trabalham, conforme expõe a tabela abaixo:

Tabela 22: Cônjuge trabalha

Cônjuge trabalha		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	17	68,00%
Não	8	32,00%
Total	25	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Além da ausência de trabalha, percebeu-se, da mesma forma como encontrado dentre os titulares, a baixa escolaridade encontrada entre os cônjuges, onde a maioria deste tem o Ensino Fundamental Incompleto:

Tabela 23: Escolaridade do Cônjuge

Escolaridade do Cônjuge		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Alfabetizado(a)	1	4,00%

Ensino Fundamental Completo	1	4,00%
Ensino Fundamental Incompleto	12	48,00%
Ensino Médio Completo	7	28,00%
Ensino Médio Incompleto	4	16,00%
Total	25	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Diante do exposto, confirma-se a necessidade de ferramentas que incentivem o retorno ao estudo tanto de titulares como dos cônjuges, a fim de se melhorar os índices de escolaridade e, dessa forma, ampliar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

- Características dos membros das famílias

Quanto aos demais moradores do empreendimento, contatou-se que o Residencial Raquel de Queiroz conta com 398 moradores, excluindo-se deste quantitativo os titulares e seus cônjuges. No tocante ao gênero, há uma predominância ligeiramente maior de mulheres no residencial, onde 51,01% dos membros são do sexo feminino, como mostra o quadro abaixo:

Tabela 24: Sexo dos membros das famílias

Sexo dos membros das famílias		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Feminino	203	51,01%
Masculino	195	48,99%
Total	398	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Já com relação à quantidade de membros dos núcleos familiares, temos que no Residencial Raquel de Queiroz há uma quantidade equilibrada entre famílias pequenas, onde se sobressaem as famílias de até três membros com 56,25% do total, seguido de famílias de tamanho mediano, com 42,19% de moradias e quantidade entre 4 e 6 moradores. Famílias numerosas somam um total de 3, com moradias entre 7 e 10

integrantes, o que pode-se evidenciar, dentre este universo, famílias em coabitação. A tabela a seguir mostra os demais resultados encontrados:

Tabela 25: Número de moradores no domicílio

Número de moradores no domicílio		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
1	28	14,58%
2	45	23,44%
3	35	18,23%
4	49	25,52%
5	20	10,42%
6	12	6,25%
7	1	0,52%
8	1	0,52%
9	1	0,52%
10	0	0,00%
Total	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

No tocante à faixa etária dos moradores do residencial, temos que pouco mais da metade dos beneficiários são formados por crianças e jovens, com intervalos de idades de 0 a 17 anos, pois ao se somar os percentuais encontrados chegamos a um total de 50,41% de moradores entre tais idades. Salienta-se que para este cálculo foram utilizados os números encontrados entre titulares, cônjuges (quando for o caso) e demais moradores, com vistas a se ter o número total de pessoas residentes no empreendimento.

Ademais, concluímos também que 283 membros estão em idade produtiva, com idades entre 18 e 59 anos. Quanto aos idosos, este público é reduzido com apenas 22 idosos dentre os moradores do residencial, conforme vislumbrado a seguir:

Tabela 26: Faixa etária dos moradores

Faixa etária dos moradores		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
0 a 4	68	11,06%
5 a 9	94	15,28%

10 a 14	95	15,45%
15 a 17	53	8,62%
18 a 21	48	7,80%
22 a 24	21	3,41%
25 a 29	54	8,78%
30 a 39	75	12,20%
40 a 49	55	8,94%
50 a 59	30	4,88%
60 a 65	16	2,60%
Acima de 65	6	0,98%
Total	615	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Diante dos dados acima expostos, percebemos a incidência de uma população jovem no Residencial, denotando dessa forma, a necessidade de atividades direcionadas prioritariamente para esta faixa etária. Além disto, constatou-se também que prevalece dentre os membros àqueles em idade economicamente ativa. Portanto, faz-se relevante pensar em estratégias que visem melhorar a situação de trabalho dos beneficiários, por meio de atividades direcionadas a capacitar/profissionalizar o máximo de beneficiários.

- **Escolaridade**

Com relação à escolaridade dos membros das famílias, neste caso excluindo-se os titulares de cônjuges, encontrou-se o número de 55,53% integrantes que cursam ou cursaram até o Ensino Fundamental Incompleto. Este quantitativo maior está relacionado ao fato da grande quantidade de crianças e adolescentes no empreendimento, o que explica a maior frequência dessa escolaridade encontrada. As demais frequências encontradas estão explanadas a seguir:

Tabela 27: Grau de escolaridade dos membros das famílias

Grau de escolaridade dos membros das famílias		
Composição	Frequência absoluta	Frequência relativa
Analfabeto(a)	2	0,50%

Alfabetizado(a)	3	0,75%
Sem idade escolar	38	9,55%
Pré-Escola	57	14,32%
Ensino Fundamental Incompleto	221	55,53%
Ensino Fundamental Completo	5	1,26%
Ensino Médio Incompleto	42	10,55%
Ensino Médio Completo	24	6,03%
Curso Técnico Incompleto	0	0%
Curso Técnico Completo	0	0%
Curso Superior Incompleto	4	1,01%
Curso Superior Completo	2	0,50%
Total	398	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

• Situação de Trabalho

No que se refere à situação socioeconômica das famílias, percebe-se que na maioria das famílias beneficiárias, o equivalente a 71,35%, pelo menos um membro exerce atividade laborativa. Em contrapartida, 30 famílias (15,63%) não há nenhum membro trabalhando o que leva a crer que a subsistência dessas famílias depende unicamente do chefe de família e/ou do cônjuge, quando for o caso. As demais informações encontradas seguem:

Tabela 28: Número de membros das famílias que trabalham

Número de membros da família que trabalham		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
0	30	15,63%
1	137	71,35%
2	21	10,94%
3	4	2,08%
Total	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Com relação ao tipo de vínculo de trabalho entre os membros das famílias, percebe-se uma diferença dentre as quantidades, devido a provável erro de preenchimento dos cadastradores ou por equívoco nas informações das famílias. Porém percebemos que parte considerável dos membros, o equivalente a 25,88% trabalham em regime de CLT; e a maioria destes não possui vínculo (59,30%). Contudo, deste último percentual temos que considerar a parcela de faixa etária que não tem idade para trabalhar. As demais informações estão contidas abaixo:

Tabela 29: Tipo de vínculo dos membros das famílias

Tipo de vínculo dos membros das famílias		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
CLT	103	25,88%
Eventual	10	2,51%
Não Possui	236	59,30%
Não informado	49	12,31%
Total	398	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Diante de tais informações, vislumbramos ser necessária no Residencial Raquel de Queiroz incentivar a capacitação e qualificação profissional para àqueles que não possuem profissão, além a formalização dos trabalhos das famílias de um modo geral, para que as mesmas passem a ter vínculo empregatício e segurança nas suas relações de trabalho.

- Renda Familiar

A HABITAFOR atua junto às famílias de baixa renda, inscritas no PMCMV e caso sorteadas, candidatas a beneficiárias na sua Faixa 1 do programa. Portanto, as famílias a serem beneficiadas devem estar enquadradas no perfil de renda entre 0 a R\$ 1.800,00 (Hum mil e oitocentos reais), renda esta recentemente alterada, após o lançamento da fase 3 do programa. No entanto, para a seleção dos candidatos a beneficiários do Residencial Raquel de Queiroz foi utilizado o limite de renda anterior, no caso de R\$ 1.600,00 (Hum mil e seiscentos reais).

No tocante à renda familiar dos beneficiários do empreendimento em xeque, conforme informações prestadas chegou-se ao quantitativo de 48,96% de famílias com renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo. Contudo, existem famílias com renda zero, quantitativo que, apesar de não ser expressivo, necessita de maior atenção pelo fato de a nova moradia gerar custos desconhecidos pela ampla maioria das famílias como, por exemplo, a taxa de condomínio.

Ao analisarmos os quantitativos encontrados, concluímos que 90,63% das famílias beneficiárias dispõem de algum tipo de renda, mesmo que esta seja ínfima, como no caso das 33 famílias que recebem até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, ou seja, até R\$ 440,00 (Quatrocentos e quarenta reais). Disto podemos incorrer que o fato de a maioria das famílias dispor de algum tipo de rendimento, diminui o índice de vulnerabilidade social extrema dentre as famílias beneficiárias. A seguir estão dispostos todos os quantitativos relacionados à renda familiar:

Tabela 30: Renda mensal familiar

Renda mensal familiar		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sem renda	18	9,38%
Até $\frac{1}{2}$ SM	33	17,19%
Acima de $\frac{1}{2}$ a 1 SM	94	48,96%
Acima de 1 a 2 SM	47	24,48%
Acima de 2 a 3 SM	0	0%
Acima de 3 a 5 SM	0	0%
Total	192	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Diante do exposto acima, mostra-se ainda a necessidade de direcionar ações de geração de trabalho e renda especialmente para o público que informou ausência de renda e rendimento de até meio salário mínimo, quantidades que unidas correspondem a 26,57% do total de famílias do empreendimento.

- Vulnerabilidades

Partindo-se do pressuposto que as “famílias de que façam parte pessoas com deficiência”, conforme as normativas que regem o programa, é um dos critérios de priorização para a seleção dos beneficiários do PMCMV, elencamos abaixo os tipos de deficiências e as quantidades identificadas entre todos os beneficiários do Residencial Raquel de Queiroz:

Tabela 31: Número de pessoas com deficiência dentre os beneficiários

Número de pessoas com deficiência dentre os beneficiários		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Deficiência Auditiva	0	0%
Deficiência Física	4	0,65%
Deficiência Mental	5	0,81%
Deficiência Visual Parcial	1	0,16%
Sem deficiência	605	98,37%
Total	615	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

As informações prestadas na tabela acima fornecem dados de todos os residentes no empreendimento. Conforme exposto acima, o tipo de deficiência identificado com maior frequência foi mental. No que se refere especificamente à deficiência física, na tabela abaixo está disposto a quantidade conforme o grau da dita condição:

Tabela 32: Tipo de deficiência física

Tipo de deficiência física		
Composição	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Total/cadeirante	1	25%
Parcial Membros Superiores	1	25%
Parcial Membros Inferiores	1	25%
Não informado tipo	1	25%
Total	4	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Com base nos dados contidos na tabela 31, podemos identificar que no Residencial Raquel de Queiroz o critério de seleção concernente às famílias de que façam parte pessoas com deficiência e a obrigatoriedade de reserva de 3% das unidades para este tipo de público foi devidamente respeitado, com um total de 10 pessoas com deficiência beneficiadas, quantidade superior ao número mínimo destinado para esta cota, que seria de aproximadamente 6 unidades habitacionais.

Quanto ao atendimento por programas sociais, 133 tipos de benefícios foram identificados, onde prevaleceu o programa de transferência de renda do Governo Federal Bolsa Família, com 58,55% de famílias que dispõem deste benefício. Observou-se ainda que 12 famílias são oriundas do programa de locação social, haja vista ser um critério local de prioridade e este fato que denota a necessidade de maior atenção para com este público, tendo em vista que estas passaram a deixar de receber o benefício, no valor de R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) e ao invés do recebimento desta importância, terão que custear as tarifas de financiamento e taxas condominiais, despesas estas a que não estavam habituadas. Também foi identificado que em 8 famílias algum membro recebe o Benefício de Prestação Continuada – BPC, seja por fazer parte das famílias alguma pessoa com deficiência ou idoso. Tais informações estão elencadas na tabela abaixo:

Tabela 33: Famílias atendidas por programas sociais

Famílias atendidas por programas sociais		
Composição	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Bolsa família	113	58,55%
BPC	8	4,15%
Locação Social	12	6,22%
Total	133	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

- Caracterização da organização comunitária

Das associações comunitárias presentes na região, seguem abaixo as identificadas no bairro do empreendimento ou bairros vizinhos, informações estas fornecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do município:

Lista de Associações e ONGs nas proximidades do Residencial		
Nome	Endereço	Área de Atuação
Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas - Aimca	Rua Paulo Setubal, 350 Cx. Postal 682 Messejana.	Assistência Social Educação Cultura Saúde
Associação Beneficente Euro-Brasileira – Abeb	Rua 02 de Abril, 150 Messejana.	Educação Cultura
Associação Comunitária do Bairro de Paupina	Rua Luiz Francisco Xavier, 1113 Paupina.	Assistência Social
Associação Nossa Senhora da Conceição da Comunidade do Sítio São José em Messejana	Avenida Tenente José Newton, Nº27 Messejana.	Assistência Social Educação
Centro de Educação Cívico de Messejana – Cecime	Rua Joaquim Bento 462 Messejana.	Educação Assistência Social
Conselho Comunitário do Parque Iracema – Ccpi	Rua Inacio Vasconcelos 663 Parque Iracema-Messejana.	Educação
Fundação de Assistência Comunitária Cearense - Face	Rua Santa Ângela, 579 Messejana.	Assistência Social
Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Bairro Messejana	Rua 24 de Novembro, 645, Messejana.	Assistência Social
Sociedade Vinte de Agosto	Rua Frei Henrique, 48 Autos, Messejana.	Educação

No momento do preenchimento do BIC, foi questionado acerca da participação das famílias beneficiárias em associações comunitárias. Mencionaram fazer parte de

alguma associação comunitária 10 famílias beneficiárias, onde uma delas não soube informar o nome. Dentre as associações mencionadas, estão as que se seguem:

Tabela 34: Associações comunitárias que as famílias fazem parte

Associações comunitárias que as famílias fazem parte
Moradores São Bernardo
Novo Castelão
Associação Campo das Flores
Associação Nossa Senhora do Carmo
Associação 8 de Dezembro
Associação Aracapé
Pastora Lucia
Assedic
Associação Comunitária do José Walter

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional – Boletim de Informações Cadastrais (HABITAFOR/IPLANFOR), Julho, 2016.

Como as famílias participavam de tais entidades antes do beneficiamento no programa, é provável que deixem de fazer parte destas, pois muitas vezes tais associações se localizam perto de suas residências ou na comunidade em que viviam anteriormente e o fato de terem se mudado de bairro, esse vínculo pode ter sido fragilizado.

4. OBJETIVOS

4.1 Geral

Este plano tem por foco possibilitar a melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias, através da viabilização da intervenção na área de habitação e a estratégia do ponto de vista da inclusão social dessas famílias, do acesso à moradia digna, da sustentabilidade dessa intervenção e da integração de políticas e programas sociais.

Através de ações relacionadas a aspectos físicos, ambientais e sociais, busca incentivar a organização da população e a gestão comunitária dos espaços comuns,

fortalecendo os talentos individuais e coletivos, buscando promover também a capacitação profissional.

Assim, procura incentivar a participação cidadã dos beneficiários, através de ações educativas e exercícios de suas responsabilidades. Portanto, o trabalho social tem em mente que se deve oferecer não apenas o acesso à moradia, mas também oportunizar através das ações de apoio à mobilização, organização comunitária, capacitação profissional e geração de trabalho e renda, inúmeras outras possibilidades, intermediando a interlocução dos usuários com os demais segmentos sociais.

4.2. Específicos

- Apresentar às famílias beneficiárias o cronograma de execução do Trabalho Social, identificando as atividades planejadas, devidamente divididas nos eixos pré-estabelecidos. Construir uma boa relação de trabalho e convivência entre as famílias do residencial e a equipe técnica do Trabalho Social;
- Identificar as demandas existentes das famílias beneficiárias, bem como realizar os encaminhamentos necessários;
- Buscar a organização e a participação comunitária, para que os moradores se estruturam, com vistas à defesa de seus interesses comuns;
- Promover eventos e atividades esportivas para favorecer a integração comunitária, bem como melhorar as condições de saúde da população beneficiária, além de buscar atividades para ocupar o tempo ocioso especialmente dos jovens e adolescentes;
- Buscar estratégias para que as famílias sejam plenamente atendidas pelos equipamentos sociais da macroárea, conforme as necessidades apontadas por este público alvo;
- Disseminar ideias de profilaxia e de combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da dengue, zika vírus e chikungunya;
- Buscar melhorar os índices de escolaridade das famílias, a fim de ampliar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho;

- Contribuir para que as famílias conquistem seus direitos de cidadania e moradia através da organização comunitária;
- Estimular os hábitos alimentares saudáveis, bem como exercitar a cooperação e o trabalho em equipe entre as famílias;
- Fazer com que as famílias conheçam os equipamentos existentes no entorno do empreendimento e fazer com que os beneficiários conheçam e passem a utilizar os serviços disponibilizados pelos referidos;
- Sensibilizar as famílias acerca da importância da separação do lixo e da coleta seletiva, a fim de propiciar um ambiente coletivo mais saudável e ecologicamente sustentável;
- Combater o desperdício de água e energia elétrica, com vistas a contribuir para a manutenção do meio ambiente, bem como com a redução dos custos das contas das moradias;
- Promover a prevenção do uso de álcool, crack e outras drogas;
- Incentivar a readequação da renda da família, com a finalidade de organizar e gerenciar as despesas domésticas tendo em vista alcançar o controle financeiro;
- Sensibilizar as famílias acerca da importância da arborização das áreas no que diz respeito à redução da temperatura ambiente, da poluição urbana, dentre outras vantagens;
- Identificar o nível de satisfação das famílias beneficiadas, bem como os resultados obtidos com as atividades realizadas com o Trabalho Social;
- Apresentar os resultados obtidos com o Trabalho Social, com vistas à continuidade dos benefícios advindos com trabalho realizado.

5. AÇÕES E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO

5.1 Metodologia e monitoramento das atividades

Os eixos a serem executados junto às famílias dão conta de atividades relacionadas aos eixos MOFS, EAP e DS, anteriormente já especificados. Um dos eixos apontados na Portaria n 21/2014 é o de Acompanhamento e gestão social da intervenção, que se trata de atividades relacionadas conjuntamente entre as

construtoras e os Entes Públicos, preferencialmente no que se refere aos problemas construtivos. No caso do Residencial Raquel de Queiroz, por enquadrar-se em uma realidade distinta de um empreendimento já entregue, consideramos pertinente aliar tal eixo às atividades de gestão condominial, uma vez que as construtoras já estão atuando no citado residencial.

No que se refere aos demais eixos supramencionados, foram pensadas atividades de acordo com o perfil socioeconômico das famílias e a execução destas deve levar em consideração um percentual mínimo satisfatório de participação nas atividades. Esse valor deve estar relacionado à natureza da atividade, ao público que será atendido e ao cotidiano das famílias que serão atendidas.

Ressalta-se que este percentual mínimo a ser estipulado deve ser pensado com vistas a efetividade das atividades e, caso nem esta quantidade mínima seja alcançada, devem ser repensadas as formas de convocação para participação destas famílias, visando o maior atendimento possível.

Especificamente no que se refere ao Eixo de Desenvolvimento Social, com vistas à máxima participação das famílias e também com o intuito de se pensar em cursos de capacitação/qualificação profissional que realmente se direcionassem as famílias conforme seus anseios, interesses e afinidades, buscamos extrair dos BIC's as seguintes informações referentes às famílias do Residencial Raquel de Queiroz: 91 famílias apontaram interesse em cursos na área de gastronomia/culinária; 73 de informática; 37 no campo de estética e beleza e outras 48 na área de administrativo e afins.

EIXO MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO SOCIAL - MOFS

AÇÃO 1: Seminário de apresentação da equipe técnica que atuará junto às famílias na execução das atividades do Trabalho Social, bem como explicar as ações que serão contempladas nos eixos a serem trabalhados. Meta: 01 seminário.

- Metodologia

Esta atividade tem por objetivo explicar para o máximo de famílias beneficiárias as atividades que serão executadas e a equipe que passará a atuar com as mesmas durante os meses subsequentes. Dada a relevância desta ação, deve-se contar com a presença de no mínimo 70% dos beneficiários a fim de se poder justificar e aprovar a atividade, uma vez ser esta a primeira atividade do processo do Trabalho Social e evento introdutório de todo o projeto, ressaltando ainda tratar-se do primeiro projeto a ser executado no empreendimento em questão, dada a situação de pós entrega. Assevera-se também a importância desta ação por ser relevante identificar os interesses das famílias e incentivar a participação nas atividades, sendo necessário para isto o entendimento acerca das mesmas. As famílias serão mobilizadas por meio de busca ativa, distribuição de convites de afixação de cartazes no empreendimento. No decorrer do encontro, haverá uma apresentação acerca dos recursos deste trabalho, atividades previstas, prazos para execução, bem como a importância da participação das famílias e debates sobre sugestões e perspectivas.

- Monitoramento

Essa atividade será averiguada e avaliada quanto à efetividade através de registros fotográficos, lista de frequência, relatório descritivo das atividades constando as principais dúvidas, contribuições, e demais informações relacionadas às atividades, percentual de famílias beneficiárias mobilizadas, protocolo de mobilização, percentual de participantes, nível de participação, quantidade ou descrição das manifestações, discussões e encaminhamentos. Pretende-se identificar o grau de satisfação das famílias inerente a este primeiro momento e a percepção das mesmas quanto às atividades pensadas e os prazos de execução.

AÇÃO 2: Plantão Social Quinzenal

- Metodologia

Esta atividade será realizada diretamente junto à população beneficiária através da aplicação de instrumental próprio para esta ação a fim de se identificar as demandas e necessidades oriundas da população do empreendimento e a partir delas estabelecer um diálogo entre os entes públicos responsáveis visando dar retorno a tais demandas. Tem-se o objetivo conhecer de perto a comunidade e possibilitar o atendimento das necessidades dessas famílias mediante encaminhamentos pertinentes e/ou a formação de parcerias que contribuam para o acesso destas a tais serviços. As famílias serão mobilizadas através de busca ativa, convites e afixação de cartazes, além de avisos anteriores a cada pouso no residencial, conforme calendário a ser previamente estabelecido. Por tratar-se de uma atividade estendida, onde a adesão está relacionada à procura da população de acordo com as demandas que vão surgindo, não se estabelecerá um percentual mínimo de participação na mesma.

- Monitoramento

O registro da execução e avaliação da efetividade de implementação da atividade poderá ser confirmado mediante lançamentos em livro de ocorrências, relatórios gerais e sociais quando necessários, instrumentais por unidade habitacional, entre outros, percentual de famílias beneficiárias mobilizadas, protocolo de mobilização, número de atendimentos, grau de envolvimento, *Feedback* dos encaminhamentos realizados e registros fotográficos. Pretende-se nessa atividade garantir a boa relação e a interação entre as famílias e a equipe social.

AÇÃO 3: Reuniões para eleição e posteriormente mensais entre os representantes de cada bloco.

Esta atividade tem por objetivo buscar entre os beneficiários integrantes que possam vir a representar a comunidade, trabalhando em conjunto com a comissão gestora do condomínio, auxiliando no repasse de informações, no contato direto com as famílias e na gestão do residencial em geral. Para esta ação pretender-se-á a

mobilização das famílias por meio de afixação de cartazes, distribuição de convites e busca ativa dos beneficiários que estejam interessados em assumir essas funções. As demais reuniões serão comunicadas às famílias através de cartazes nos blocos e comunicadas por meio de avisos impressos, como forma de acompanhamento e aos interessados indicarem sugestões de pautas. As reuniões se darão da seguinte forma: a primeira delas, que ocorrerá no primeiro mês, deverá ser realizada com todos os moradores a eleição dos representantes de cada bloco; nas subsequentes deverão comparecer os representantes eleitos para tratar de assuntos do condomínio com a presença de famílias interessadas em participar, quando for o caso. Tem-se por meta na primeira reunião para a eleição dos representantes de bloco a presença de no mínimo 70% das famílias para a efetividade da ação e a eleição de 1 representante titular e 1 suplente para cada um dos 24 blocos do residencial. Nas reuniões posteriores tem-se por meta a participação de pelo menos 70% dos representantes eleitos para a efetividade desta ação.

- Monitoramento

Como ferramentas de monitoramento, será considerada a participação das famílias no processo de eleição dos representantes, bem como a presença dos eleitos nas reuniões seguintes, a quantidade de representantes eleitos, o nível de discussão e debates nos encontros. No que se refere ao processo de avaliação se dará por meio de relatos descritivos e o protocolo de mobilização, registros fotográficos, lista de frequência, lista descritiva dos representantes eleitos e a avaliação da atividade.

AÇÃO 4: Visitas domiciliares para levantamento de demandas por equipamentos públicos junto às famílias.

- Metodologia

Esta atividade busca identificar as necessidades das famílias no que se refere ao atendimento das mesmas nos equipamentos públicos da região do empreendimento,



tendo em vista que, dado o aumento populacional após a mudança das famílias, os equipamentos existentes tiveram de se adequar ao crescimento da procura por atendimento, principalmente no que se refere às políticas públicas essenciais: educação, saúde e assistência. Pretende-se nesta ação realizar visita domiciliar em cada unidade habitacional, para preenchimento de instrumental próprio a ser elaborado pela equipe social. Primeiramente, deverá ser elaborado o instrumental que contemple todas as informações necessárias; após se efetivarem as visitas a cada família beneficiária, momento este em que será preenchido o instrumental contendo todas as informações relevantes, e por fim será necessário sistematizar os dados encontrados, através de tabulação e análise qualitativa das informações coletadas com a identificação de queixas e demandas apontadas pelas famílias, com os devidos encaminhamentos, com o intuito de se identificar quais equipamentos se encontram com maior carência de serviços. Ainda faz-se necessário a equipe social realizar uma manifestação técnica sobre a capacidade de atendimento dos equipamentos existentes no entorno, principalmente no que se refere à educação, com visitas institucionais aos equipamentos para se ter conhecimento dos atuais quantitativos de capacidade de atendimento e tendo por base os dados obtidos, como subsídios para buscar soluções junto às instituições responsáveis e buscar estratégias para melhoria, manutenção e ampliação das vagas, quando necessário, para se alcançar o atendimento de no mínimo 80% das demandas levantadas. Para a efetividade desta ação, almeja-se a visita *in loco* da totalidade das unidades do empreendimento, e o preenchimento do instrumental de pelo menos 80% dos apartamentos visitados, com vistas ao resultado mais fiel possível no tocante às necessidades das famílias.

- Monitoramento

Como subsídio de monitoramento, será observada a quantidade de unidades visitadas e de instrumentais preenchidos, bem como o nível de participação das famílias beneficiárias. Quanto ao processo de avaliação, os mecanismos de análise serão por meio do preenchimento do instrumental que será produzido pela equipe

técnica do Trabalho Social, da quantidade de encaminhamentos realizados de acordo com as necessidades apontadas pelas famílias e registros fotográficos.

AÇÃO 5: Oficina de cidadania: Direitos e Deveres, Participação Social e "Contrato de convivência". Meta: 1 oficina.

- Metodologia

Esta ação tem por objetivo esclarecer e debater com as famílias acerca de seus direitos e deveres enquanto comunidade e sobre seus potenciais transformadores e multiplicadores em prol do bem comum. Muitas das famílias residiam em condições distintas e fazer com que convivam em um ambiente harmônico para todos se faz relevante. Assim, visa contribuir para que as famílias conquistem seus direitos de cidadania e moradia através da organização comunitária. Para tanto, faz necessário contatar parceiros como ONG's, instituições sociais e afins, buscando-se realizar tal ação com o máximo de órgãos existentes para contribuir com o evento. Partindo-se do pressuposto a relevância da atividade, na busca de organizar as famílias beneficiárias, pretende-se realizar a atividade com no mínimo 60% de público presente, a depender do horário da execução das oficinas e das instituições presentes. A ação se concretizará mediante mobilização das famílias, através da distribuição de convites, afixação de cartazes e busca ativa.

- Monitoramento

A atividade será verificada e avaliada quanto à efetividade de sua implementação através da porcentagem de participantes e de instituições presentes no evento, protocolo de mobilização, nível de participação e nível de avaliação, através da aplicação de instrumental de avaliação e registros fotográficos.

AÇÃO 6: Reunião com os equipamentos públicos existentes no entorno para socialização das atividades disponibilizadas. Meta: 1 reunião.

- Metodologia

Esta atividade terá como objetivo o conhecimento dos equipamentos existentes nas proximidades do empreendimento, por intermédio de articulação em conjunto com as entidades públicas. Tal conhecimento se alude à identificação do equipamento, seus serviços e devidas ofertas. Deste modo, para a efetivação da referida ação, têm-se as seguintes etapas: a primeira é contatar os equipamentos públicos existentes no entorno do empreendimento nos quais a população necessita do seu uso contínuo como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), escolas estaduais e municipais, postos de saúde, dentre outros. A segunda etapa se refere à mobilização das famílias beneficiárias por meio de busca ativa, ou seja, estabelecer uma comunicação singular com cada família. Haverá, também, nesta etapa, a distribuição de convites e afixação de cartazes no Residencial. A terceira e última etapa será a realização de reuniões e as formas de monitoramento seguem abaixo. Dada a natureza da atividade e a variedade de serviços que se pretende ofertar, o ideal é a participação efetiva de no mínimo 60% das famílias beneficiárias.

- Monitoramento

Como forma de acompanhamento da atividade, assim como posta no objetivo da atividade, serão realizados registros em atas e relatórios e efetuação de encaminhamentos necessários, dependendo da carência de serviço apresentada. No que tange ao processo avaliativo da atividade apresentada, os mecanismos de verificação serão por meio de um instrumental que será produzido pela equipe técnica do Trabalho Social, número de instituições presentes, famílias participantes, protocolo de mobilização e registros fotográficos. Pretende-se alcançar a máxima de quantidade de famílias atendidas pelos equipamentos públicos disponíveis na região do empreendimento, com incentivo à inclusão e permanência destas nos equipamentos.

AÇÃO 7: Avaliação de pós-execução das atividades realizadas pelo Trabalho Social, para posterior apresentação dos dados coletados. Meta: 1 avaliação.

- Metodologia

Esta atividade pretende identificar o nível de satisfação das famílias beneficiadas, do mesmo modo que os resultados obtidos com as atividades realizadas com o Trabalho Social. Para que haja um nível considerado plausível, é necessária a participação de, pelo menos, 70% (setenta por cento) das famílias. Para a execução da atividade as etapas são as seguintes: a primeira é a mobilização das famílias por meio de convites e cartazes. A segunda se alude às visitas *in loco* nas unidades habitacionais (UH) para a finalidade de preenchimento do instrumental que será utilizado no momento da visita. E, por último, serão realizadas checagens, tabulação e análises de dados obtidos.

- Monitoramento

No que tange aos mecanismos de verificação, serão relatório da atividade, instrumental que será usado durante a ação, frequência da atividade, resultado da análise dos dados obtidos, instrumental avaliativo que será elaborado pela equipe técnica do Trabalho Social e, por fim, os registros fotográficos. Faz-se relevante os relatos sobre a satisfação das famílias quanto ao trabalho executado.

AÇÃO 8: Seminário de apresentação dos resultados obtidos pós execução das atividades do Trabalho Social. Meta: 1 seminário.

- Metodologia

Esta ação tem como finalidade apresentar os resultados obtidos através do Trabalho Social que pretende dar continuidade aos benefícios advindos com o trabalho realizado. Para a efetividade da ação referida, requisita-se, pelo menos, 70% (setenta

por cento) das famílias beneficiadas, afim de se ter um bom resultado da atividade. Seguem as etapas: a primeira se refere à mobilização das famílias beneficiárias por meio de busca ativa. Haverá, também, nesta etapa, a distribuição de convites e afixação de cartazes e a segunda será a realização do seminário com a apresentação dos resultados para as famílias, mostrando-se os benefícios advindos ao longo dos doze meses de trabalho.

- Monitoramento

Quanto ao processo de avaliação, os meios de verificação serão relatório de atividade, protocolo de mobilização, frequência da ação, instrumental avaliativo que será elaborado pela equipe técnica do Trabalho Social, avaliação acerca dos dados levantados e resultados obtidos através da percepção das famílias e registros fotográficos.

EIXO EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL - EAP

AÇÃO 1: Torneios esportivos de basquetebol, futebol e voleibol com premiação. Meta: 6 torneios.

Esta atividade objetiva promover eventos e atividades esportivas tendo em vista a integração comunitária, assim como melhorar as condições de saúde da população beneficiária e estimular o público infante-juvenil a prática desportiva. As modalidades de esporte oferecidas serão basquetebol, futebol e voleibol. Ao final dos jogos, terá premiação para os primeiros lugares. A realização dar-se-á por meio das etapas: a primeira é contatar as secretarias parceiras como a Secretaria Municipal do Esporte e Lazer (SECEL) e o Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte de Fortaleza (CUCA). A segunda se refere à mobilização das famílias beneficiárias por meio de busca ativa, distribuição de convites e afixação de cartazes e a terceira é a realização dos torneios com as premiações em suas respectivas categorias. Pretende-se atingir a

presença maciça do público alvo, com o mínimo de 60% de participantes para a efetividade da ação, preferencialmente de crianças e adolescentes.

- Monitoramento

No que se refere ao acompanhamento, os meios de verificação serão relatório de caráter descritivo e protocolo de mobilização, fichas de inscrição destinadas aos participantes, lista de frequência, relato descritivo das atividades, instrumental de avaliação da atividade e registros fotográficos. Almeja-se alcançar o máximo de público participante, bem como a satisfação dos mesmos, principalmente pelo fato de se ter a maioria de residentes entre crianças e adolescentes.

AÇÃO 2: Campanha: "Dengue, na nossa casa, não!". Meta: 1 campanha.

- Metodologia

Esta ação busca incentivar a disseminação de ideias de profilaxia e de combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da dengue, zika vírus e chikungunya, doenças que estão aparecendo em larga escala na cidade. A efetivação da atividade será através das seguintes etapas: coleta de material por meio de possíveis parceiros, como a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Distrito de saúde da SER VI, NASF, Postos de Saúde, dentre outros. A segunda etapa refere-se à mobilização das famílias através de busca ativa, distribuição de convites e afixação de cartazes. E por último, a realização das oficinas. A participação de 60% das famílias do empreendimento em cada atividade torna-se ideal para esta ação.

- Monitoramento

Quanto ao processo avaliativo, os mecanismos de verificação serão relatório de caráter descritivo e protocolo da mobilização, quantidade de instituições presentes e serviços prestados, número de participantes, lista de frequência, relato descritivo das



atividades, instrumental de avaliação da atividade e registros fotográficos. Em decorrência do alarmante crescimento no número de casos de tais doenças, almeja-se que o real interesse em combater o mosquito transmissor seja incutido nas famílias, além da máxima redução nas ocorrências dessas enfermidades.

AÇÃO 3: Oficinas: os benefícios da Horta Comunitária. Meta: 4 oficinas.

- Metodologia

Tais oficinas visam, como objetivo principal, incentivar os hábitos alimentares saudáveis entre as famílias, para fins de qualidade de vida entre as mesmas, além da indispensabilidade de fortalecer o convívio comunitário, através do exercício da cooperação e do trabalho em equipe entre as famílias. Para tanto, faz-se necessário para a realização destas atividades estabelecer parcerias como a SEUMA, ONG's e Universidades; mobilizar as famílias com busca ativa, fazendo com que no mínimo 70% das famílias do Residencial compareçam no primeiro encontro para fins de conhecimento da atividade, onde serão apresentadas as técnicas e ferramentas necessárias para a implementação da Horta Comunitária. Nesta oportunidade, deverá ainda ocorrer a deliberação de temas importantes para a implantação e funcionamento das hortas como, por exemplo, a formação de uma equipe gestora que será responsável pela implantação e comercialização dos produtos.

Neste primeiro momento, deverá ainda ser decidido entre as famílias um local adequado para implementação, tendo em vista que no entorno do residencial há muitos espaços vazios que podem servir de pontos estratégicos para implantar este projeto, locais estes entre os demais residenciais do Complexo Residencial dos Escritores. Estes espaços vazios são configurados por terrenos pertencentes à Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF onde *a priori* não está definido ou previsto nenhum projeto de urbanização ou para a ocupação dos mesmos. Dessa forma, propõe-se que estes espaços outrora sem predefinição de uso, poderão ser utilizados para o desenvolvimento desta atividade. Após a definição destes espaços, a Equipe Social deverá oficiar a Prefeitura Municipal de Fortaleza, para que esta autorize o uso das

áreas, bem como defina o período de tempo concedido para o uso das mesmas. Ressalta-se que os demais órgãos da PMF atuam como parceiros no desenvolvimento do trabalho social. Ainda se faz importante o uso das referidas áreas no sentido de evitar possíveis ocupações irregulares.

Ao fim deste primeiro encontro, a Equipe Social deverá apresentar uma Ata, assinada por todos os participantes, constando as principais deliberações aprovadas. Além disso, apresentar a resposta da PMF em relação ao ofício para liberação das áreas definidas para implementação das referidas hortas. Após apresentação destes documentos serão encaminhados os seguintes encontros para capacitação dos participantes desta e atividade.

Também nestes encontros as famílias juntamente com o auxílio da Equipe Técnica Social poderão organizar entre os interessados os responsáveis em realizar o plantio das mudas, a manutenção da horta, a colheita e o que será realizado dos produtos gerados, pois os mesmos podem vir a complementar o sustento de famílias carentes da comunidade, identificadas pelas próprias famílias, com a ajuda dos representantes de bloco.

No último encontro deverá acontecer a culminância da atividade onde será de fato implementada a horta comunitária, onde os participantes deverão realizar o plantio das mudas, apresentando aos demais moradores os benefícios da horta.

Então, pretende-se nas duas atividades subsequentes acompanhar o processo de implementação da Horta e que pelo menos 50% do público presente nas primeiras reuniões e que, então, demonstraram interesse na atividade, participe do projeto efetivamente. Faz-se necessário também a distribuição de convites e afixação de cartazes nas áreas comuns com o apoio dos representantes de bloco no papel de divulgação e, por fim, a realização das oficinas.

- Monitoramento

Quanto ao acompanhamento da atividade, os mecanismos de verificação serão relatório de caráter descritivo e protocolo de mobilização, quantidade de instituições presentes, número de participantes que se engajaram no projeto, quantidade de mudas

cultivadas, instrumental de avaliação da atividade e registros fotográficos. Como há um significativo índice de desemprego, aliado ao objetivo principal da atividade, pretende-se também, a médio ou longo prazo, a obtenção de uma renda extra para as famílias engajadas no projeto.

AÇÃO 4: Oficina sobre a gestão de Resíduos Sólidos. Meta: 1 oficina.

- Metodologia

Esta atividade consiste em sensibilizar as famílias acerca da importância da separação do lixo e da coleta seletiva, a fim de garantir um ambiente de coletividade mais saudável e ecologicamente sustentável. Para tanto, serão abordadas nestas oficinas as seguintes temáticas: significado do que são resíduos sólidos e como lidamos com eles; a classificação desses resíduos bem como a destinação final destes, buscando como gerar oportunidades de negócios através da gestão de tal material. Para a realização desta atividade, seguem as etapas: contatar a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) e Organizações não Governamentais (ONGs). A segunda se alude à mobilização das famílias beneficiárias por meio de busca ativa, ou seja, estabelecer uma comunicação singular com cada família. Haverá, também, nesta etapa, a distribuição de convites e afixação de cartazes e a terceira será a realização das oficinas. Dada a relevância dos temas a serem abordados, se estabelecerá a meta de, no mínimo, 60% de participação das famílias para a efetividade da ação.

- Monitoramento

No que tange ao processo de monitoramento, os mecanismos de verificação serão relatório de atividade, protocolo de mobilização, instrumental de avaliação, frequência de atividade e registros fotográficos. Espera-se que as famílias criem o hábito da coleta seletiva do lixo em suas unidades, para que os montantes de lixo sejam reduzidos, diminuindo assim a contaminação pelo lixo, a limpeza das áreas comuns e a melhoria das condições de saúde em geral.

AÇÃO 5: Campanhas educativas a respeito do uso racional de água e energia elétrica. Meta: 2 campanhas.**- Metodologia**

Esta atividade tem por objetivo combater o desperdício de água e energia elétrica com o intuito de contribuir para a manutenção do meio ambiente, bem como com a redução dos custos das contas de água e luz das moradias. A realização dar-se-á por meio das etapas: a primeira contatar a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) e a Companhia Elétrica do Ceará (COELCE). A segunda etapa refere-se à mobilização das famílias beneficiárias por meio de busca ativa, ou seja, estabelecer uma comunicação singular com cada família. Haverá, também, nesta etapa, a distribuição de convites e afixação de cartazes. A última será a realização das campanhas. Pretende-se alcançar um público presente de no mínimo 60% das famílias para um bom resultado da atividade.

- Monitoramento

Quanto ao processo monitoramento, os meios de verificação serão o protocolo de mobilização, o instrumental de avaliação da atividade e os registros fotográficos, além da observância quanto ao número de participantes nas atividades. Será observado e mensurado, através dos relatos das famílias, se de fato houve redução nos custos das tarifas de água e energia elétrica, algo que se faz de suma importância para buscar a adequação do orçamento familiar.

AÇÃO 6: Oficina socioeducativa sobre "Álcool, crack e outras drogas" com o público juvenil do residencial. Meta: 1 oficina.**- Metodologia**

Esta atividade tem o intuito de promover a prevenção do álcool, do crack e outras substâncias psicoativas, principalmente dentre os jovens, sendo este o público mais vulnerável a adentrar no universo das drogas. Esta ação objetiva a conscientização do abuso das substâncias anteriormente citadas que podem trazer riscos eminentes de saúde (física, mental), além de problemáticas envolvendo o consumo de drogas ilícitas, o que gera graves problemas sociais ligados ao tráfico e também problemas de saúde pública ligados à toxicodependência. Nos últimos anos tem se agravado, por exemplo, a situação do consumo de crack que aumentou consideravelmente. Portanto, para a efetuação da atividade, ocorrerão as seguintes etapas: a primeira é contatar o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CapsAd), postos de saúde e Organizações não governamentais (ONGs) que atuem com a temática. A segunda etapa refere-se à mobilização das famílias beneficiárias por meio de busca ativa, ou seja, estabelecer uma comunicação singular com cada família. Haverá, também, nesta etapa, a distribuição de convites e afixação de cartazes. E, por último, será a realização das oficinas e dos encontros. Por tratar-se de temas relevantes e de suma importância para o público jovem, que é a maioria no residencial, pretende-se garantir a presença de no mínimo 70% de residentes.

- Monitoramento

Quanto ao processo de avaliação e monitoramento, os mecanismos de verificação serão relatório de atividade, instrumental de avaliação, frequência de atividade, protocolo de mobilização e registros fotográficos. Espera-se uma significativa presença dos jovens e que estes despertem um interesse para esta temática tão relevante.

AÇÃO 7: Realização do plantio de mudas de árvores. Meta: 1 momento.

- Metodologia

Esta atividade propõe a sensibilização das famílias sobre a relevância da arborização das áreas no que tange ao “efeito estufa”, ou melhor, a importância da redução da temperatura do ambiente e da poluição urbana. Do ponto de vista da sustentabilidade, esta ação contribuirá para a melhoria dos padrões de vida das famílias beneficiárias, já que haverá um ambiente mais limpo tanto em relação a poluição de resíduos quanto a poluição sonora. Além disso, como benefício adicional, a presença de árvores no residencial reduzirá a incidência de raios solares nas unidades habitacionais, o que acarretará na diminuição do calor no interior das mesmas. Para a realização de tal atividade, seguem as etapas: a primeira é contatar a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza (URBFOR) e com Organizações não-governamentais (ONGs) atuem nesta área. A segunda etapa refere-se à mobilização das famílias beneficiárias por meio de busca ativa, onde se faz necessário mobilizar todas as famílias para uma maior efetividade da ação. Haverá, também, nesta etapa, a distribuição de convites e afixação de cartazes e a última será a realização dos plantios, onde para esta, almeja-se a presença de no mínimo 60% das famílias mobilizadas, para fins de esclarecimento sobre os cuidados e a manutenção necessários para com as mudas ora cultivadas.

- Monitoramento

Concernente ao monitoramento e ao processo avaliativo, os mecanismos de verificação serão relatório de atividade, instrumental de avaliação, frequência de atividade, protocolo de mobilização e registros fotográficos. Será observado também o número de mudas cultivadas e almeja-se que se sensibilizem com esta atividade para as causas ambientais.

EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO - DS

AÇÃO 1: Oficina de apresentação das vagas disponíveis nos equipamentos de educação do entorno, encaminhando os interessados a realizarem matrícula

junto às referidas instituições. Busca por instituições de ensino para adultos no entorno do empreendimento. Meta: 1 oficina.

- Metodologia

Esta ação busca melhorar os índices de escolaridade das famílias beneficiadas, com o propósito de ampliar as possibilidades de inclusão no mercado de trabalho. Para a implementação desta atividade, as etapas são: a primeira é contatar a Secretaria Municipal de Educação (SME) e as escolas do entorno do empreendimento. A segunda etapa refere-se à mobilização das famílias beneficiárias por meio de busca ativa, ou seja, estabelecer uma comunicação singular com cada família. Haverá, também, nesta etapa, a distribuição de convites e afixação de cartazes e a terceira se refere à efetuação das oficinas. Sendo esta atividade de suma importância, tendo em vista melhorar os índices de escolaridade dos integrantes das famílias, salienta-se a garantia de no mínimo 60% das famílias residentes nestas oficinas.

- Monitoramento

No que se alude de acompanhamento da atividade, os mecanismos de verificação serão relatório de atividade, instrumental de avaliação, protocolo de mobilização, frequência de atividade e registros fotográficos. Estima-se melhorar os índices de escolaridade da população do residencial e dessa forma, facilitar a inserção no mercado de trabalho o que acarretará em melhorias nas condições socioeconômicas das famílias.

AÇÃO 2: Curso profissionalizante, na área de gastronomia (pizzas). Carga horária: 20h.

- Metodologia



Esta ação propõe a promoção da inserção no mercado de trabalho, de homens e mulheres beneficiários, através da capacitação e qualificação profissional na área de gastronomia, especificamente no preparo de pizzas. Para a realização da ação, seguem as etapas: a primeira é contatar os possíveis parceiros como a Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA), a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e entidades particulares que atuem com cursos no segmento acima descrito. A segunda etapa refere-se à mobilização das famílias beneficiárias por meio de busca ativa, ou seja, estabelecer uma comunicação singular com cada família. Haverá, também, nesta etapa, a distribuição de convites e afixação de cartazes. A terceira será a realização de inscrição para 25 (vinte e cinco) vagas no curso que terá como pré-requisitos a idade acima de 18 anos e ter o Ensino Fundamental II concluído. A quarta etapa será a realização e, posteriormente, a conclusão das aulas e, por fim, na última etapa se dará os encaminhamentos dos alunos concludentes ao mercado de trabalho. Pretende-se a participação de pelo menos 70% do público inscrito, a fim de que esta ação tenha efetividade. Ressalta-se que estão previstas parcerias para a realização do curso, contudo fora considerado o valor de custeio por aluno (que inclui a disponibilização do material didático), conforme pesquisa prévia realizada junto ao SENAC e sendo este valor devidamente informado no orçamento detalhado do Plano, acrescentado também o custo com transporte para garantir o deslocamento dos inscritos, ferramentas estas utilizadas como estratégias para garantir a execução da atividade.

- Monitoramento

No que se alude ao processo de acompanhamento e de avaliação, os mecanismos de verificação serão a ficha de inscrição, protocolo de mobilização, lista de frequência, relatório descritivo dos conteúdos vistos no decorrer do curso, instrumental de avaliação da qualidade, emissão de certificados de conclusão do curso, relação dos alunos encaminhados ao mercado de trabalho e inseridos, bem como registros fotográficos. Espera-se tanto com este como com os demais cursos o aumento do índice de qualificação profissional e o crescimento da inserção dos beneficiários no

mercado formal de trabalho. Assevera-se que estes cursos foram pensados conforme levantamento junto às famílias beneficiárias que elencaram seus interesses, afinidades e/ou aptidões.

AÇÃO 3: Curso profissionalizante na área de informática básica. Carga horária: 60h.

- Metodologia

Esta atividade visa à promoção da inserção no mercado de trabalho, de homens e mulheres beneficiários, através da capacitação e qualificação profissional na área de informática. Para a realização da ação, seguem as etapas: a primeira é contatar as parcerias como a Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte de Fortaleza (CUCA) e entidades particulares que atuem com cursos na área de informática. A segunda etapa refere-se à mobilização das famílias beneficiárias por meio de busca ativa, ou seja, estabelecer uma comunicação singular com cada família. Haverá, também, nesta etapa, a distribuição de convites e afixação de cartazes. A terceira será a realização de inscrição para 30 (trinta) vagas no curso que terão como pré-requisitos a idade acima de 16 anos e ter o Ensino Fundamental I completo. A quarta etapa será a realização e, posteriormente, a conclusão das aulas e, por fim, a última etapa serão os encaminhamentos dos alunos concludentes ao mercado de trabalho. Para esta atividade visamos o atendimento a, no mínimo, 80% do número de inscritos, pois pode abranger um público de várias idades. Acrescenta-se que estão previstas parcerias para a realização do curso, contudo fora considerado o valor de custeio por aluno (que inclui a disponibilização do material didático), conforme pesquisa prévia realizada junto ao SENAC e sendo este valor devidamente informado no orçamento detalhado do Plano, acrescentado também o custo com transporte para garantir o deslocamento dos inscritos, ferramentas estas utilizadas como estratégias para garantir a execução da atividade.

- Monitoramento

Quanto ao acompanhamento, os mecanismos de verificação serão ficha de inscrição, protocolo de mobilização, lista de frequência, relatório descritivo dos conteúdos vistos no decorrer do curso, instrumental de avaliação da qualidade, emissão de certificados de conclusão do curso, registros fotográficos. Este curso é mais uma opção que se faz relevante na busca pela qualificação/capacitação profissional, para aprimoramento de conhecimentos, além de inserir algumas famílias na "Era Digital" ou "Era da Informação", caso exista algum membro das famílias sem conhecimento em informática.

AÇÃO 4: Curso profissionalizante de técnicas básicas em confeitaria. Carga horária: 20h.

- Metodologia

A ação acima descrita visa a promoção da inserção das famílias beneficiárias no mercado de trabalho, por meio de capacitação e qualificação profissional na área de gastronomia, no curso de técnicas básicas em confeitaria. Para a realização da ação, devem ser seguidas as seguintes etapas: a primeira é contatar os possíveis parceiros como a Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA), a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e entidades particulares que atuem com cursos no segmento acima descrito. A segunda etapa destina-se à mobilização das famílias beneficiárias por meio de busca ativa, ou seja, estabelecer uma comunicação singular com cada família. Haverá, também, nesta etapa, a distribuição de convites e afixação de cartazes. A terceira será a realização de inscrição para 25 (vinte e cinco) vagas no curso que terá como pré-requisitos a idade acima de 16 anos e ter o Ensino Fundamental II incompleto. A quarta etapa será a realização e, posteriormente, a conclusão das aulas e, por fim, a última etapa se dará os encaminhamentos dos alunos concludentes ao mercado de trabalho. Pretende-se a participação de pelo menos 70% do público inscrito, a fim de que esta ação tenha

efetividade, principalmente por tratar-se de um curso que exige baixa escolaridade. Ressalta-se que se pretende estabelecer parcerias para a realização do curso, contudo fora considerado o valor de custeio por aluno (que inclui a disponibilização do material didático), conforme pesquisa prévia realizada junto ao SENAC e sendo este valor devidamente informado no orçamento detalhado do Plano, acrescentado também o custo com transporte para garantir o deslocamento dos inscritos, ferramentas estas utilizadas como estratégias para garantir a execução da atividade.

- Monitoramento

No que concerne ao processo de acompanhamento e de avaliação, os mecanismos de verificação serão a ficha de inscrição, protocolo de mobilização, lista de frequência, relatório descritivo dos conteúdos vistos no decorrer do curso, instrumental de avaliação da qualidade, emissão de certificados de conclusão do curso, relação dos alunos encaminhados ao mercado de trabalho e inseridos, bem como registros fotográficos. Espera-se tanto com este como com os demais cursos o aumento do índice de qualificação profissional e o crescimento da inserção dos beneficiários no mercado formal de trabalho. Assevera-se que estes cursos foram pensados conforme levantamento junto às famílias beneficiárias que elencaram seus interesses, afinidades e/ou aptidões.

AÇÃO 5: Curso profissionalizante na área de beleza (manicure e pedicure). Carga horária: 160h.

- Metodologia

Esta ação objetiva promover a inserção no mercado de trabalho preferencialmente das mulheres beneficiadas, pois muitas são apenas donas de casa/do lar, através da capacitação e qualificação profissional na área de estética e beleza, precisamente no curso de manicure e pedicure, curso apontado como interesse por 37 pessoas beneficiárias. Para a realização da ação, seguem as etapas: a primeira

é contatar as parcerias como a Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA), a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e entidades particulares que atuem com cursos na área de cuidados. A segunda etapa refere-se à mobilização das famílias beneficiárias por meio de busca ativa, distribuição de convites e afixação de cartazes. A terceira será a realização de inscrição para 30 (trinta) vagas no curso que terão como pré-requisitos a idade acima de 18 anos e ter o Ensino Fundamental I incompleto. A quarta etapa será a realização e, posteriormente, a conclusão das aulas e, por fim, a última etapa serão os encaminhamentos dos alunos concludentes ao mercado de trabalho. Para esta atividade visamos o atendimento e a conclusão do curso de, no mínimo, 80% do número de inscritos, pois abrange preferencialmente um público alvo que se sobressai no empreendimento, no caso, a população feminina, principalmente dentre os chefes de família, aliado ao fato deste curso exigir baixa escolaridade.

- Monitoramento

No que se refere ao processo de verificação este se dará através da checagem da ficha de inscrição, lista de frequência, relatório descritivo dos conteúdos vistos no decorrer do curso, instrumental de avaliação da qualidade, emissão de certificados de conclusão do curso, relação dos alunos encaminhados ao mercado de trabalho e inseridos e registros fotográficos. Espera-se com mais este curso o aumento do índice de qualificação profissional e o crescimento da inserção dos beneficiários no mercado formal de trabalho.

AÇÃO 6: Oficinas de planejamento do orçamento familiar. Meta: 4 oficinas.

- Metodologia

Esta atividade incentivará a readequação da renda da família, com o propósito de organizar e gerenciar as despesas domésticas, tendo em vista que se alcance o controle financeiro para que haja o sustento e bem-estar da família, evitando o

acúmulo de dívidas e o uso desregrado da renda de maneira que comprometa o orçamento, impossibilitando a manutenção no empreendimento e as condições mínimas para o sustento e a sobrevivência da família. Para a efetividade da ação, as etapas são: a primeira é contatar as parcerias como a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), universidades como a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade Estadual do Ceará (UECE), Organizações não governamentais e demais parceiros que tratem da temática. A segunda etapa refere-se à mobilização das famílias beneficiárias por meio de busca ativa, distribuição de convites e afixação de cartazes. E a última será a realização das oficinas. Almeja-se a participação em todas as atividades de no mínimo 70% das famílias beneficiárias, por tratar-se de temática que irá interferir diretamente na situação socioeconômica das mesmas. Os encontros buscarão abordar temáticas do controle do orçamento familiar, chamando a atenção para os subtemas: planejamento financeiro; aprender a poupar; controlar as rendas e despesas da casa; o que são despesas fixas, variáveis e eventuais, montar uma poupança para emergência; planejar sonhos, dentre outros.

- Monitoramento

O monitoramento se dará por meio de processo de avaliação, os mecanismos de verificação serão relatório de atividade, protocolo de mobilização, instrumental de avaliação, frequência de atividade e registros fotográficos. Esta atividade tem por meta principal ajustar a renda das famílias, com vistas à redução da inadimplência referentes às taxas condominiais, demais despesas com a moradia e gastos afins.

6. PARCERIAS

A realização das atividades do Trabalho Social prevê a participação de outros órgãos municipais e/ou instituições privadas através da formação de parcerias com as mesmas como ferramenta fundamental para a execução das ações e alcance das metas estabelecidas. Assim, elencaremos determinados parceiros que poderão ser contatados para a execução do TS. Ressalta-se que alguns dos órgãos citados abaixo já contribuem com o trabalho das famílias antes mesmo da execução do TS, a exemplo da

Regional VI, que auxiliou inclusive nos eventos de entrega dada a proximidade da sede desta Secretaria ao residencial Raquel de Queiroz. Assevera-se ainda que, em decorrência da relevância da participação dos parceiros, a empresa contratada não obrigatoriamente se restringirá apenas às instituições citadas neste plano, podendo firmar outras alianças que visem à realização das atividades. Apresentamos abaixo algumas instituições:

Secretaria de Trabalho e Assistência Social – SETRA

Secretaria Municipal responsável pela efetivação da política de assistência social em Fortaleza. Possui ação descentralizada através dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e do Centro Especializado de Assistência Social – CREAS. O CRAS tem o objetivo de trabalhar o fortalecimento de vínculos das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, ofertando os Serviços de convivência e Fortalecimento de Vínculos e na execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF através da concessão de benefícios assistenciais, como o Programa Bolsa Família, o Benefício da Prestação Continuada – BPC, dentre outros, e com o acompanhamento das famílias beneficiárias. O CREAS por sua vez, se caracteriza pelo atendimento de famílias que estejam em situação de violação de direitos, e é o responsável pela execução de Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos – PAEFI, tratando de situações de violência e/ou abuso, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, medidas de proteção, trabalho infantil, e demais casos onde ocorreu a violação de direitos. A SETRA também é encarregada por coordenar as Políticas de Trabalho e Segurança Alimentar e Nutricional, fomentando a geração de emprego e renda e buscando garantir a segurança alimentar e nutricional dos usuários.

Secretaria Executiva Regional VI - SER VI

A Secretaria Executiva Regional VI é um órgão que visa a descentralização administrativa do município de Fortaleza sendo responsável pela garantia de oferta de



serviços nos vinte e nove bairros de seu território, atuando através da articulação com as demais secretarias municipais por meio dos distritos referentes a cada política pública que fazem parte dos setores da SER VI. No território de abrangência da regional contabiliza-se cerca de 600 mil habitantes, divididos nos bairros: Aerolândia, Ancuri, Alto da Balança, Barroso, Boa Vista (unificação do Castelão com Mata Galinha), Cambeba, Cajazeiras, Cidade dos Funcionários, Coaçu, Conjunto Palmeiras (parte do Jangurussu), Curió, Dias Macedo, Edson Queiroz, Guajerú, Jangurussu, Jardim das Oliveiras, José de Alencar (antigo Alagadiço Novo), Messejana, Parque Dois Irmãos, Passaré, Paupina, Parque Manibura, Parque Iracema, Parque Santa Maria (parte do Ancuri), Pedras, Lagoa Redonda, Sabiaguaba, São Bento (parte do Paupina) e Sapiranga, o conjunto destes bairros configura-se em 42% do território de Fortaleza. Conforme já citado, a aproximação da sede desta secretaria ao complexo residencial “Escritores” faz com essa parceria seja fundamental para o trabalho com as famílias.

Secretaria Municipal de Saúde – SMS

A Secretaria Municipal de Saúde tem a função de ofertar os serviços do Sistema Único de Saúde no município de Fortaleza, atendendo as necessidades de saúde da população. Sua atuação consiste na ação conjunta em dois níveis distintos: a Atenção Primária e Secundária, que executa a política municipal de saúde de forma descentralizada por meio dos diversos equipamentos existentes, tais como: Os postos de saúde, os hospitais, as Unidades de Pronto Atendimento – UPA’s, os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS e os Centros de Especialidades Odontológicas – CEO’s. A SMS ainda fornece outros serviços como Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, Farmácia Popular e a Vigilância Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e Riscos Biológicos.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE

Criada pelo Decreto nº 13.128/2013, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE tem como objetivo integrar ações de desenvolvimento econômico

autossustentável no município de Fortaleza. A SDE trabalha em dois eixos: Empreendedorismo e Atração de Investimentos. O empreendedorismo visa estimular os micro e pequenos empreendedores de Fortaleza, através de atividades de capacitação e de articulação com outras entidades, como bancos, para firmar parcerias e estreitar a relação com o empreendedor. Por sua vez a Atração de Investimentos trabalha na perspectiva de atrair os diversos tipos de negócios para Fortaleza.

Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente do Município de Fortaleza - SEUMA

Secretaria que regula e fiscaliza as questões pertinentes ao planejamento e controle do meio ambiente natural e o ambiente construído do Município de Fortaleza. Tem como objetivo realizar ações de planejamento e controle do município de Fortaleza, dotando a cidade de um plano diretor com suas leis regulamentadas (mobilidade, uso do solo, meio ambiente e código de obras e posturas), políticas urbano-ambientais pré-definidas, dotando a cidade de áreas específicas vinculadas aos instrumentos do Estatuto da Cidade (operações urbanas consorciadas), fiscalização integrada (urbano e ambiental).

Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza - URBFOR

A URBFOR foi criada através do projeto de lei nº 45/2015 que dispõe sobre a transformação da empresa municipal de limpeza e urbanização (EMLURB) em uma autarquia, passando a ser denominada Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza, permanecendo as competências já fixadas pela Lei Complementar nº 192/2014, e ficará vinculada a Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos (SCSP).

Dentre suas competências, atribuídas desde à época da extinta EMLURB, está a administração do Horto Municipal Falconete Fialho, que é o responsável por fornecer plantas para serem colocadas nos espaços públicos, tais como ruas, avenidas e praças, colaborando assim para o paisagismo da cidade de Fortaleza. No Horto são cultivadas mudas de diversos tipos de vegetais, desde plantas frutíferas, ornamentais, medicinais,



etc. Diante das atividades exercidas pela agora autarquia e do Horto Municipal é possível ser estabelecido parceria para realização das atividades referentes ao eixo de Educação Ambiental e Patrimonial – EAP, nas ações onde se prevê o plantio de árvores, a criação da horta comunitária e demais ações que a empresa executora considerar pertinente sua participação.

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC é uma entidade privada sem fins lucrativos, mantida através de empresários do comércio de bens, serviços e turismo. O SENAC atua no âmbito da educação profissional por meio da oferta de cursos nas mais diversas áreas, que visa formar trabalhadores capacitados. Dentre as atividades propostas no Trabalho Social há a previsão para a realização de cursos profissionalizantes, no eixo de Desenvolvimento Socioeconômico – DS. Para a elaboração do orçamento deste plano, foi pensado em cursos após pesquisa nesta entidade, como referência de empresa para este fim. Ressalta-se que o valor mencionado por aluno, inclui a disponibilização de material didático necessário e a emissão dos certificados de conclusão também ficam a cargo do SENAC, estando os demais custos considerados e devidamente dispostos no orçamento detalhado do plano (item 10 – Cronograma financeiro).

Neste contexto, a empresa executora do TS poderá articular juntamente ao SENAC, a formação de uma turma específica para o Residencial Raquel de Queiroz, a fim de que se tenha a possibilidade de se ministrar os cursos propostos em locais mais próximos ao empreendimento e, dessa forma, incentivar a participação ao se reduzir o tempo de deslocamento do público interessado.

REDE CUCA

Os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA's) inserem-se no Programa Integrado de Políticas Públicas da Juventude de Fortaleza (PIPPJF) como principal componente de execução e realização, a partir da qual todas as demais ações



do Programa poderão ser potencializadas. São equipamentos públicos, localizados em diferentes regiões administrativas da cidade de Fortaleza-CE.

Os CUCA's possuem capacidade de atender mil usuários por mês cada, ofertar e realizar Cursos de Formação Inicial e Continuada, nível da educação profissional oferecido de forma livre, em função das necessidades do mundo do trabalho e da sociedade, a promoção da saúde física e mental através das diversas modalidades esportivas, desenvolvendo atividades de esporte em três eixos principais: Participação (lazer), Educação e Competição, bem como a sessão de espaços dos Cucas para a comunidade ensaiar e jogar, fazer apresentações e treinos em diversas atividades como: cosplay, swingueira, futebol de campo e de salão, teatro, artes marciais e capoeira. A Rede CUCA abrange três equipamentos mantidos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza e que executa atividades voltadas para a juventude, tendo como público alvo jovens com idades entre 15 a 29 anos. Os CUCA's estão localizados em áreas estratégicas, com a existência de comunidades em vulnerabilidade social. Atualmente estão em funcionamento três CUCA's, nos bairros: Barra do Ceará (Regional I), Mondubim (Regional V) e Jangurussu (Regional VI). A atuação dos CUCA's engloba a realização de cursos ofertados a população.

Departamento municipal de proteção e defesa dos direitos do consumidor - PROCON FORTALEZA

O PROCON Fortaleza, departamento vinculado à Secretaria da Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura de Fortaleza, é o órgão de Proteção e Defesa do Consumidor que atua no município de Fortaleza. Além de propor ações de educação para o consumo, o PROCON tem como objetivo assegurar a efetivação do código de Defesa do Consumidor (CDC).

O PROCON Fortaleza atua em três linhas de ação – Proteção e Defesa do Consumidor, abrangendo conciliação, contencioso administrativo e contencioso judicial; Fiscalização e Educação para o Consumo, com formação, capacitação e produção de material educativo e informativo e realização de pesquisas e eventos.



O Departamento tem intensificado ações de fiscalização para garantir direitos dos consumidores em escolas, restaurantes, bares, casas de shows, barracas de praia e estacionamentos.

Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH

Trata-se de uma organização da Sociedade Civil que irá atuar junto aos empreendimentos do PMCMV, após projeto de atividades aprovado pela CAIXA. Tem como missão desenvolver capacidades de pessoas e organizações em estratégias e processos de desenvolvimento local sustentável. Utilizará recurso advindo do Fundo Socioambiental e terá suas ações acompanhadas por esta instituição financeira. Sua atuação se baseia no DIST, que é o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território e trabalhará em conjunto e concomitante com as ações deste projeto como aliado importante para o pleno desenvolvimento deste.

7. EQUIPE DE TRABALHO SOCIAL

A Equipe Técnica será composta por três profissionais, onde o primeiro será responsável pela Coordenação do Trabalho Social (Integrante do Poder Público) e deverá obrigatoriamente possuir formação acadêmica em Serviço Social, devidamente regulamentada no conselho de classe, com comprovação de experiência de no mínimo dois anos de trabalho com projetos sociais e famílias. O segundo profissional denominado Técnico Social II exercerá a função de Assistente Social, Cientista Social ou Sociólogo exigindo-se Graduação em Serviço Social, Ciências Sociais ou Sociologia com devido registro no conselho de classe e atuará na supervisão das atividades previstas no TS, sendo o responsável pelos serviços, como profissional de referência para verificar a execução das ações realizadas. O terceiro profissional, será um(a) assistente social, devidamente graduado(a) e com registro no Conselho Regional de Serviço Social e será responsável por executar as atividades previstas nos eixos do Trabalho Social, nomeado como Assistente Social III.

Ressalta-se que o Assistente Social I, por ser um profissional pertencente ao quadro do Poder Público, não irá gerar quaisquer ônus ao TS, devendo o mesmo

atestar a execução dos trabalhos, de acordo com o desenvolvimento das ações, não sendo possível quantificar as horas técnicas necessárias.

Da empresa contratada será solicitada a apresentação dos currículos dos profissionais que compõe a equipe técnica para a Prefeitura Municipal de Fortaleza. Em casos de permuta de profissionais, o currículo correspondente deverá ser encaminhado para análise e atualização.

7.1 Composição dos custos da equipe técnica

RECURSOS HUMANOS - EQUIPE TÉCNICA SOCIAL						
Profissional	Requisitos	Atribuição	Quant.	Horas Técnicas (quantidade)	Valor por hora (R\$)	Valor Total (R\$)
<u>Técnico Social II</u>	Graduação em Serviço Social ou Ciências Sociais ou Sociologia; Registro no Conselho profissional; dispor de experiência comprovada de no mínimo 02 anos em projetos que relacionados a planejamento, desenvolvimento e participação comunitária com famílias de baixa renda e capacitação de lideranças. Profissional a ser contratado pela empresa licitada.	Responsável pela coordenação das atividades do TS e por desenvolver as atividades previstas dos eixos MOFS, EAP e DS.	1	364	110,68	40.287,52

<u>Assistente Social III</u>	Graduação em Serviço Social; Registro ativo no referido conselho de classe; Experiência comprovada com trabalhos de desenvolvimento de projetos comunitários nos eixos a serem trabalhados nas temáticas de mobilização comunitária, educação ambiental e desenvolvimento socioeconômico.	Desenvolver atividades previstas dos eixos MOFS, EAP e DS.	1	362	98,57	35.682,34
Total da equipe técnica (1)			3			75.969,86
Despesas indiretas (2)						18.992,47
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)						3.304,69
Despesas Financeiras (1%)						759,70
Imprevistos (3%)						2.279,10
COFINS (3%)						2.279,10
PIS/PASEP (0,65%)						493,80
ISS (5%)						3.798,49
Lucro (8%)						6.077,59
TOTAL GERAL (1 + 2)						94.962,33

8. DEMAIS CUSTOS

8.1 Locação de veículo

LOCAÇÃO DE VEÍCULO

Item	Especificação	Quant.	Quant. de Ações	Valor por Ação	Período (meses)	Valor Total
Locação de Veículo	Utilitário na cor branca com 5 lugares (4 passageiros + motorista), seguro total, película anti-sol, combustível, com motorista habilitado e todos os demais acessórios obrigatórios.	1	21	888,89	12	18.666,69
Total (1)						18.666,69
Despesas Indiretas (2)						4.666,67
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)						812,00
Despesas Financeiras (1%)						186,67





Imprevistos (3%)	560,00
COFINS (3%)	560,00
PIS/PASEP (0,65%)	121,33
ISS (5%)	933,33
Lucro (8%)	1.493,34
TOTAL GERAL (1 + 2)	<u>23.333,36</u>

8.2 Serviços de terceiros

SERVIÇOS DE TERCEIROS					
Item	Objeto	Unidade	Valor Unit.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de mesas	Mesa de plástico	416	5,00	5,00 (custo diário por mesa)	2.080,00
Aluguel de cadeiras	Cadeira de plástico	2430	1,00	1,00 (custo diário por cadeira)	2.430,00
Locação de DVD/Blue Ray (Ação 06 - EAP)	Aparelho de DVD/Blue Ray	2	10,00	10,00 (custo diário por DVD/Blue Ray)	20,00
Aluguel de carrinho de pipoca (Ação 06 - EAP)	Carrinho de pipoca	2	100,00	100,00 (custo diário)	200,00
Aluguel de carrinho de algodão doce (Ação 06 - EAP)	Carrinho de dindin	2	100,00	100,00 (custo diário)	200,00
Empresa técnica especializada na área do curso (gastronomia - pizzas) (Ação 02 - DS)	1 turma (20 h / 4h por dia)	25 vagas	221,00 (valor por aluno)	1.105,00 (custo diário do curso)	5.525,00
Empresa técnica especializada na área do curso (na área de informática básica) (Ação 03 - DS)	1 turma (60 h / 4h por dia)	30 vagas	250,00 (valor por aluno)	500,00 (custo diário do curso)	7.500,00
Empresa técnica especializada na área do curso (técnicas básicas em confeitaria) (Ação 04 - DS)	1 turma (20 h / 4h por dia)	25 vagas	120,00 (valor por aluno)	600,00 (custo diário do curso)	3.000,00



Empresa técnica especializada na área do curso (estética e beleza - manicure e pedicure) (Ação 05 - DS)	1 turma (160h / 4h por dia)	25 vagas	300,00 (valor por aluno)	187,50 (custo diário do curso)	7.500,00
Total (1)					<u>28.455,00</u>
Despesas Indiretas (2)					<u>7.113,75</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)					1.237,79
Despesas Financeiras (1%)					284,55
Imprevistos (3%)					853,65
COFINS (3%)					853,65
PIS/PASEP (0,65%)					184,96
ISS (5%)					1.422,75
Lucro (8%)					2.276,40
TOTAL GERAL (1 + 2)					<u>35.568,75</u>

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

No cronograma execução está descrito as atividades propostas no plano divididas nos três eixos norteadores abordados, a saber:

- Eixo Mobilização, organização e fortalecimento social - MOFS: 8 (oito) ações previstas totalizando 42 (quarenta e duas) atividades.
- Eixo Educação ambiental e patrimonial - EAP: apresenta 7 (sete) ações que no andamento dos meses somam 16 (dezesseis) eventos.
- Eixo Desenvolvimento Socioeconômico - DS: prevê 6 (seis) ações que ao término dos trabalhos totalizam 9 (nove) atividades.

A execução dos trabalhos se dará da seguinte forma:

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO																
		ATIVIDADES	MÊS	QTD	MESES											
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	MOFS - AÇÃO 1	Seminário de apresentação da equipe técnica que atuará junto às famílias na execução das atividades do Trabalho Social, bem como explanar as ações que serão contempladas nos eixos a serem trabalhados.	1	1	1											
2	MOFS - AÇÃO 2	Plantão Social quinzenal	1 a 12	24	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
3	MOFS - AÇÃO 3	Reuniões para eleição e posteriormente mensais entre os representantes de cada bloco.	1 a 12	12	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1



4	EAP - AÇÃO 1	Torneios esportivos de futebol, vôlei e basquete com premiação.	2,4,6,8,10 e 12	6	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
5	MOFS - AÇÃO 4	Visitas domiciliares para levantamento de demandas por equipamentos públicos junto às famílias	2	1	1									
6	EAP - AÇÃO 2	Campanha: "Dengue, na nossa casa, não!"	3	1		1								
7	DS - AÇÃO 1	Oficina de apresentação das vagas disponíveis nos equipamentos de educação do entorno.	3	1		1								



8	MOFS - AÇÃO 5	Oficina de cidadania: Direitos e Deveres, Participação Social e "Contrato de convivência".	4	1				1									
9	EAP - AÇÃO 3	Oficinas: os benefícios da Horta Comunitária.	4 a 7	4				1	1	1	1						
10	DS - AÇÃO 2	Curso profissionalizante, na área de gastronomia (pizzas)	4	1				1									
11	MOFS - AÇÃO 6	Reunião com os equipamentos públicos existentes no entorno para socialização das atividades disponibilizadas.	5	1					1								
12	DS - AÇÃO 3	Curso profissionalizante, na área de informática básica.	5	1					1								



13	EAP - AÇÃO 4	Oficina sobre a gestão de resíduos sólidos.	6	1							1						
14	DS - AÇÃO 4	Curso profissionalizante, na área de técnicas básicas em confeitaria.	6	1							1						
15	EAP - AÇÃO 5	Campanhas educativas a respeito do uso racional de água e energia elétrica.	7 e 9	2							1		1				
16	DS - AÇÃO 5	Curso profissionalizante, na área estética e beleza (manicure e pedicure).	8	1									1				
17	EAP - AÇÃO 6	Oficina socioeducativa sobre "Álcool, crack e outras drogas" com as crianças e adolescentes do residencial.	8	1									1				





18	DS - AÇÃO 6	Oficinas de organização e planejamento do orçamento familiar	8 a 11	4								1	1	1	1	
19	EAP - AÇÃO 7	Realização do plantio de mudas de árvores.	10	1										1		
20	MOFS - AÇÃO 7	Avaliação de pós-execução das atividades realizadas pelo Trabalho Social	11	1											1	
21	MOFS - AÇÃO 8	Seminário de apresentação dos resultados obtidos pós execução das atividades do Trabalho Social.	12	1												1
TOTAL				67	4	5	5	7	6	7	5	7	5	6	5	5



10. CRONOGRAMA FINANCEIRO

O valor que está disponibilizado para o Trabalho Social no Residencial Raquel de Queiroz é de R\$ 181.440,00 (cento e oitenta e um mil quatrocentos e quarenta reais). Os valores referentes aos produtos mensais dos 12 (doze) meses serão repassados à empresa contratada à medida que os serviços sejam considerados executados, conforme os indicadores de processo do Trabalho Social, mediante apresentação dos relatórios mensais emitidos pela empresa contratada e atestados pela Unidade Executora Municipal e, posteriormente, analisados e aprovados pela Caixa Econômica Federal.

Os valores distribuídos nos quadros abaixo são referentes aos materiais de consumo, equipe técnica e demais custos necessários à execução das atividades compatíveis com os eixos MOFS, EAP e DS, onde no item 10.2 - Orçamento detalhado do plano apresenta-se o material de consumo e demais despesas necessárias para a execução das ações:

10.1 Material de consumo

MATERIAL DE CONSUMO - MOFS	
Ação	Valor Total
Ação 1	1.397,44
Ação 2	356,50
Ação 3	185,60
Ação 4	161,48
Ação 5	138,80
Ação 6	152,80
Ação 7	117,50
Ação 8	1.391,50
Total (1)	<u>3.901,62</u>
Despesas Indiretas (2)	<u>975,41</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	169,72
Despesas Financeiras (1%)	39,02
Imprevistos (3%)	117,05
COFINS (3%)	117,05
PIS/PASEP (0,65%)	25,36
ISS (5%)	195,08



Lucro (8%)	312,13
TOTAL GERAL (1 + 2)	<u>4.877,03</u>

MATERIAL DE CONSUMO - EAP	
Ação	Valor Total
Ação 1	1.726,20
Ação 2	221,20
Ação 3	1.124,47
Ação 4	375,60
Ação 5	256,60
Ação 6	1.020,00
Ação 7	133,50
Total (1)	<u>4.857,57</u>
Despesas Indiretas (2)	<u>1.214,39</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	211,30
Despesas Financeiras (1%)	48,58
Imprevistos (3%)	145,73
COFINS (3%)	145,73
PIS/PASEP (0,65%)	31,57
ISS (5%)	242,88
Lucro (8%)	388,61
TOTAL GERAL (1 + 2)	<u>6.071,96</u>

MATERIAL DE CONSUMO - DS	
Ação	Valor Total
Ação 1	698,95
Ação 2	1.139,25
Ação 3	3.141,75
Ação 4	1.139,25
Ação 5	6.389,25
Ação 6	792,80
Total (1)	<u>13.301,25</u>
Despesas Indiretas (2)	<u>3.325,31</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	578,60
Despesas Financeiras (1%)	133,01
Imprevistos (3%)	399,04
COFINS (3%)	399,04

PIS/PASEP (0,65%)	86,46
ISS (5%)	665,06
Lucro (8%)	1.064,10
TOTAL GERAL (1 + 2)	<u>16.626,56</u>

10.2 Orçamento detalhado do plano

EIXO MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO SOCIAL (MOFS)

01. Seminário de apresentação da equipe técnica que atuará junto às famílias na execução das atividades do Trabalho Social, bem como explicar as ações que serão contempladas nos eixos a serem trabalhados.

***Meta: 01 encontro**

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cópia simples	Unid	500	0,12	60,00
Grampeador*	Unid	4	16,00	64,00
Clipes pequenos*	Caixa	12	2,20	26,40
Clipes grandes*	Caixa	6	2,30	13,80
Grampos*	Caixa	10	3,50	35,00
Extrator de grampo*	Unid	5	2,73	13,65
Cola branca (500g)*	Unid	4	7,99	31,96
Fita adesiva grande (durex)*	Unid	8	2,15	17,20
Cartucho colorido*	Unid	5	29,90	149,50
Cartucho P/B*	Unid	8	67,10	536,80
Régua*	Unid	5	2,25	11,25
Perfurador*	Unid	4	5,81	23,24
Marca texto*	Unid	10	2,60	26,00
Lápis*	Caixa	3	21,00	63,00
Borracha*	Unid	12	3,45	41,40
Apontador*	Unid	5	2,18	10,90
Corretivo*	Unid	3	2,40	7,20
Caneta esferográfica*	Caixa	3	25,00	75,00
Pincel atômico*	Unid	15	2,50	37,50
Crachá*	Unid	4	4,72	18,88
Pen drive*	Unid	2	17,99	35,98
Papel A4*	Resma	5	16,70	83,50
Almofada para carimbo*	Unid	4	3,82	15,28
Total material de consumo (1)				<u>1.397,44</u>

Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Técnico Social II	12	1	110,68	1.328,16
Assistente Social III	12	1	98,57	1.182,84
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>3.399,89</u>
Total (1 + 2)				<u>4.797,33</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>1.199,33</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				208,68
Despesas Financeiras (1%)				47,97
Imprevistos (3%)				143,92
COFINS (3%)				143,92
PIS/PASEP (0,65%)				31,18
ISS (5%)				239,87
Lucro (8%)				383,79
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>5.996,66</u>

* Material reutilizável nas demais atividades.

** Esta atividade contará com o apoio da Unidade Executora Local (UEL).

02. Plantão social quinzenal no Residencial.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cópia simples	Unid	2500	0,12	300,00
Cartaz colorido	Unid	26	1,25	32,50
Caneta esferográfica*	Unid	12	1,00	12,00
Livro de Ocorrências*	Unid	2	6,00	12,00
Total material de consumo (1)				<u>356,50</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	144	1	98,57	14.194,08
Locação de Veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>15.082,97</u>
Total (1 + 2)				<u>15.439,47</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>3.859,87</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				671,62
Despesas Financeiras (1%)				154,39
Imprevistos (3%)				463,18
COFINS (3%)				463,18
PIS/PASEP (0,65%)				100,36

ISS (5%)				771,97
Lucro (8%)				1.235,16
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>19.299,34</u>

* Material reutilizável nas demais atividades.

03. Reuniões para eleição e posteriormente mensais entre os representantes de cada bloco.				
Meta: 12 reuniões				
Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Caneta esferográfica*	Caixa	1	25,00	25,00
Pincel atômico*	Unid	9	2,50	22,50
Papel madeira	Unid	60	0,60	36,00
Livro de ocorrências*	Unid	3	6,00	18,00
Urna de Papelão*	Unid	2	17,00	34,00
Papel A4	Resma	3	16,70	50,10
Total material de consumo (1)				<u>185,60</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Técnico Social II	72	1	110,68	7.968,96
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>8.857,85</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Locação de mesas de plástico	Unid	96	5,00	480,00
Locação de cadeiras de plástico	Unid	360	1,00	360,00
Total serviços de terceiros (3)				<u>840,00</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>9.883,45</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>2.470,86</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				429,93
Despesas Financeiras (1%)				98,83
Imprevistos (3%)				296,50
COFINS (3%)				296,50
PIS/PASEP (0,65%)				64,24
ISS (5%)				494,17
Lucro (8%)				790,68
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>12.354,31</u>

* Material reutilizável nas demais atividades.

04. Visitas domiciliares para levantamento de demandas por equipamentos públicos junto às famílias. Meta: 1 momento

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Caneta	Unid	10	1,00	10,00
Cópia simples	Unid	499	0,12	59,88
Papel madeira	Unid	30	0,60	18,00
Fita adesiva	Unid	5	4,70	23,50
Papel A4	Resma	3	16,70	50,10
Total material de consumo (1)				<u>161,48</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Técnico Social II	20	1	110,68	2.213,60
Assistente Social III	20	1	98,57	1.971,40
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>5.073,89</u>
Total (1 + 2)				<u>5.235,37</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>1.308,84</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				227,74
Despesas Financeiras (1%)				52,35
Imprevistos (3%)				157,06
COFINS (3%)				157,06
PIS/PASEP (0,65%)				34,03
ISS (5%)				261,77
Lucro (8%)				418,83
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>6.544,21</u>

05. Oficina de cidadania: Direitos e Deveres, Participação Social e "Contrato de convivência" *Meta: 01 oficina

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite preto e branco	Unid	200	0,30	60,00
Pincel atômico	Unid	12	3,00	36,00
Papel madeira	Unid	40	0,60	24,00
Fita adesiva	Unid	4	4,70	18,80
Total material de consumo (1)				<u>138,80</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Técnico Social II	12	1	110,68	1.328,16

Assistente Social III	12	1	98,57	1.182,84
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>3.399,89</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Locação de mesas de plástico	Unid	20	5,00	100,00
Locação de cadeiras de plástico	Unid	350	1,00	350,00
Total Serviços de Terceiros (3)				<u>450,00</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>3.988,69</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>997,17</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				173,51
Despesas Financeiras (1%)				39,89
Imprevistos (3%)				119,66
COFINS (3%)				119,66
PIS/PASEP (0,65%)				25,93
ISS (5%)				199,43
Lucro (8%)				319,10
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>4.985,86</u>

06. Reunião com os equipamentos públicos existentes no entorno para socialização das atividades disponibilizadas. Meta: 1 reunião

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	200	0,30	60,00
Pincel atômico	Unid	10	3,00	30,00
Papel madeira	Unid	42	0,60	25,20
Fita adesiva	Unid	8	4,70	37,60
Total material de consumo (1)				<u>152,80</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	12	1	110,68	1.328,16
Assistente Social III	12	1	98,57	1.182,84
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>3.399,89</u>
Total (1 + 2)				<u>3.552,69</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>888,17</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				154,54
Despesas Financeiras (1%)				35,53
Imprevistos (3%)				106,58
COFINS (3%)				106,58
PIS/PASEP (0,65%)				23,09

ISS (5%)				177,63
Lucro (8%)				284,22
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				4.440,86

07. Avaliação de pós-execução das atividades realizadas pelo Trabalho Social para posterior apresentação dos dados coletados. Meta: 01 avaliação.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	26	1,25	32,50
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Cópias simples	Unid	500	0,12	60,00
Total material de consumo (1)				117,50
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	20	1	110,68	2.213,60
Assistente Social III	20	1	98,57	1.971,40
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				5.073,89
Total (1 + 2)				5.191,39
Despesas Indiretas (3)				1.297,85
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				225,83
Despesas Financeiras (1%)				51,91
Imprevistos (3%)				155,74
COFINS (3%)				155,74
PIS/PASEP (0,65%)				33,74
ISS (5%)				259,57
Lucro (8%)				415,31
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				6.489,24

08. Seminário de apresentação dos resultados obtidos pós execução das atividades do Trabalho Social. Meta: 1 encontro

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite preto e branco	Unid	200	0,12	24,00
Cartaz colorido	Unid	26	1,25	32,50
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Cópias simples	Unid	500	0,12	60,00
Lanche	Unid	500	2,50	1.250,00
Total material de consumo (1)				1.391,50
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo)	Valor Total

			p/ hora)	
Técnico Social II	10	1	110,68	1.106,80
Assistente Social III	10	1	98,57	985,70
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>2.981,39</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Locação de mesas de plástico	Unid	50	5,00	250,00
Locação de cadeiras de plástico	Unid	500	1,00	500,00
Total serviços de terceiros (3)				<u>750,00</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>5.122,89</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>1.280,72</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				222,85
Despesas Financeiras (1%)				51,23
Imprevistos (3%)				153,69
COFINS (3%)				153,69
PIS/PASEP (0,65%)				33,30
ISS (5%)				256,14
Lucro (8%)				409,83
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>6.403,61</u>

EIXO EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL (EAP)

01. Torneios esportivos de futebol, vôlei e basquete com premiação. Meta: 6 torneios

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	156	1,25	195,00
Convite colorido	Unid	1200	0,30	360,00
Bolas*	Unid	20	25,00	500,00
Coletes esportivos*	Unid	20	20,00	400,00
Troféus	Unid	9	25,00	225,00
Apito	Unid	9	2,00	18,00
Fita adesiva	Unid	6	4,70	28,20
Total material de consumo (1)				<u>1.726,20</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Técnico Social II	36	1	110,68	3.984,48
Assistente Social III	36	1	98,57	3.548,52

Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>8.421,89</u>
Total (1 + 2)				<u>10.148,09</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>2.537,02</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				441,44
Despesas Financeiras (1%)				101,48
Imprevistos (3%)				304,44
COFINS (3%)				304,44
PIS/PASEP (0,65%)				65,96
ISS (5%)				507,40
Lucro (8%)				811,85
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>12.685,11</u>

02. Campanha: "Dengue, na nossa casa, não!"		*Meta: 01 campanha		
Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite preto e branco	Unid	200	0,30	60,00
Cópia simples	Unid	500	0,12	60,00
Fita adesiva	Unid	6	4,70	28,20
Papel Madeira	Unid	30	0,60	18,00
Pincel atômico	Unid	12	2,50	30,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Total material de consumo (1)				<u>221,20</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Técnico Social II	20	1	110,68	2.213,60
Assistente Social III	20	1	98,57	1.971,40
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>5.073,89</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Locação de mesas de plástico	Unid	30	5,00	150,00
Locação de cadeiras de plástico	Unid	150	1,00	150,00
Total serviços de terceiros (3)				<u>300,00</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>5.595,09</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>1.398,77</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				243,39
Despesas Financeiras (1%)				55,95
Imprevistos (3%)				167,85
COFINS (3%)				167,85

PIS/PASEP (0,65%)				36,37
ISS (5%)				279,75
Lucro (8%)				447,61
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>6.993,86</u>

03. Oficinas: os benefícios da Horta Comunitária. *Meta: 04 oficinas				
Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite preto e branco	Unid	800	0,30	240,00
Cópia simples	Unid	1000	0,12	120,00
Fita adesiva*	Unid	6	4,70	28,20
Livro de Ocorrências*	Unid	2	6,00	12,00
Cartaz colorido	Unid	30	1,25	37,50
Regador Plástico*	Unid	3	36,98	110,94
Adubo*	Pacote	5	5,00	25,00
Sementes	Pacote	15	8,00	120,00
Vasos irrigáveis médios*	Unid	15	23,52	352,80
Giz escolar colorido	Caixa	3	4,41	13,23
Plaquinhas*	Unid	12	5,40	64,80
Total material de consumo (1)				<u>1.124,47</u>
Recursos Humanos	Unid	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Técnico Social II	32	1	110,68	3.541,76
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>4.430,65</u>
Total (1 + 2)				<u>5.555,12</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>1.388,78</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				241,65
Despesas Financeiras (1%)				55,55
Imprevistos (3%)				166,65
COFINS (3%)				166,65
PIS/PASEP (0,65%)				36,11
ISS (5%)				277,76
Lucro (8%)				444,41
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>6.943,90</u>

* Material reutilizável nas demais atividades.

04. Oficina sobre a gestão de resíduos sólidos		Meta: 01 encontro		
Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite preto e branco	Unid	200	0,30	60,00
Cópia simples	Unid	500	0,12	60,00
Fita adesiva	Unid	8	4,70	37,60
Canetinha	Pacote	20	5,00	100,00
Papel Madeira	Unid	30	0,60	18,00
Pincel atômico	Unid	20	2,50	50,00
Caneta esferográfica	Caixa	2	25,00	50,00
Total material de consumo (1)				<u>375,60</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Técnico Social II	10	1	110,68	1.106,80
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>1.995,69</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Locação de mesas de plástico	Unid	30	5,00	150,00
Locação de cadeiras de plástico	Unid	200	1,00	200,00
Total serviços de terceiros (3)				<u>350,00</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>2.721,29</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>680,32</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				118,38
Despesas Financeiras (1%)				27,21
Imprevistos (3%)				81,64
COFINS (3%)				81,64
PIS/PASEP (0,65%)				17,69
ISS (5%)				136,06
Lucro (8%)				217,70
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>3.401,61</u>

05. Campanhas educativas a respeito do uso racional de água e energia elétrica.		Meta: 02 encontros		
Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite preto e branco	Unid	200	0,30	60,00
Cópia simples	Unid	500	0,12	60,00
Fita adesiva*	Unid	8	4,70	37,60
Papel Madeira	Unid	40	0,60	24,00
Pincel atômico*	Unid	10	2,50	25,00
Caneta esferográfica*	Caixa	2	25,00	50,00

Total material de consumo (1)				
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	20	1	98,57	1.971,40
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Locação de mesas de plástico	Unid	40	5,00	200,00
Locação de cadeiras de plástico	Unid	400	1,00	400,00
Total serviços de terceiros (3)				
Total (1 + 2 + 3)				
Despesas Indiretas (4)				
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				161,68
Despesas Financeiras (1%)				37,17
Imprevistos (3%)				111,51
COFINS (3%)				111,51
PIS/PASEP (0,65%)				24,16
ISS (5%)				185,84
Lucro (8%)				297,35
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				
				<u>4.646,11</u>

* Material reutilizável nas demais atividades.

06. Oficina socioeducativa sobre "Álcool, crack e outras drogas" com as crianças e adolescentes do residencial. Meta: 01 encontro

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	200	0,30	60,00
Cópia simples	Unid	500	0,12	60,00
Cartilha colorida	Unid	300	3,00	900,00
Total material de consumo (1)				
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Técnico Social II	12	1	110,68	1.328,16
Assistente Social III	12	1	98,57	1.182,84
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	2	100,00	200,00

Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	2	100,00	200,00
Locação de DVD/Blue Ray	Unid	2	10,00	20,00
Locação de mesas de plástico	Unid	30	5,00	150,00
Locação de cadeiras de plástico	Unid	150	1,00	150,00
Total serviços de terceiros (3)				<u>720,00</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>5.139,89</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>1.284,97</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				223,59
Despesas Financeiras (1%)				51,40
Imprevistos (3%)				154,20
COFINS (3%)				154,20
PIS/PASEP (0,65%)				33,41
ISS (5%)				256,99
Lucro (8%)				411,19
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>6.424,86</u>

07. Realização do plantio de mudas de árvores.		Meta: 01 momento		
Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	200	0,30	60,00
Cartaz colorido	Unid	30	1,25	37,50
Cópia simples	Unid	300	0,12	36,00
Total material de consumo (1)				<u>133,50</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Técnico Social II	6	1	110,68	664,08
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>1.552,97</u>
Total (1 + 2)				<u>1.686,47</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>421,62</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				73,36
Despesas Financeiras (1%)				16,86
Imprevistos (3%)				50,59
COFINS (3%)				50,59
PIS/PASEP (0,65%)				10,96
ISS (5%)				84,32
Lucro (8%)				134,92
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>2.108,09</u>

EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (DS)				
01. Seminário de apresentação das vagas disponíveis nos equipamentos de educação do entorno, encaminhando os interessados a realizarem matrícula junto às referidas instituições. Meta: 1 oficina				
Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite preto e branco	Unid	200	0,12	24,00
Cartaz colorido	Unid	25	1,25	31,25
Cópia simples	Unid	500	0,12	60,00
Papel madeira	Unid	30	0,60	18,00
Pincel atômico	Unid	15	2,50	37,50
Cartilha informativa	Unid	200	2,50	500,00
Fita adesiva	Unid	6	4,70	28,20
Total material de consumo (1)				<u>698,95</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Técnico Social II	12	1	110,68	1.328,16
Assistente Social III	12	1	98,57	1.182,84
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>3.399,89</u>
Total (1 + 2)				<u>4.098,84</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>1.024,71</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				178,30
Despesas Financeiras (1%)				40,99
Imprevistos (3%)				122,97
COFINS (3%)				122,97
PIS/PASEP (0,65%)				26,64
ISS (5%)				204,94
Lucro (8%)				327,91
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>5.123,55</u>

02. Curso profissionalizante, na área de gastronomia (pizzas). Carga horária: 20h. *Meta: 01 curso, para capacitação de 25 pessoas. Público: famílias beneficiadas, entre homens e mulheres.				
Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	200	0,30	60,00
Cartaz colorido	Unid	25	1,25	31,25
Pasta c/elást.polip. Ofício 235mmx350mm	Unid	25	1,50	37,50
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00

Camisas	Unid	25	9,00	225,00
Custo transporte	Unid	25	30,00	750,00
Papel sulfite branco (100 folhas)	Unid	3	3,50	10,50
Total material de consumo (1)				<u>1.139,25</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Técnico Social II	12	1	110,68	1.328,16
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>2.217,05</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Empresa técnica especializada na área de gastronomia (curso pizzas)*	Unid	25	221,00	5.525,00
Total serviços de terceiros (3)				<u>5.525,00</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>8.881,30</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>2.220,33</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				386,34
Despesas Financeiras (1%)				88,81
Imprevistos (3%)				266,44
COFINS (3%)				266,44
PIS/PASEP (0,65%)				57,73
ISS (5%)				444,07
Lucro (8%)				710,50
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>11.101,63</u>

* Valor do curso por aluno no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC

03. Curso profissionalizante, na área de informática básica. Carga horária: 60h.
***Meta: 01 curso para capacitação de 30 pessoas. Público: famílias beneficiadas, entre homens e mulheres, especialmente os jovens.**

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	200	0,30	60,00
Cartaz colorido	Unid	25	1,25	31,25
Pasta c/elást.polip. Ofício 235mmx350mm	Unid	30	1,50	45,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Camisas	Unid	30	9,00	270,00
Custo transporte	Unid	30	90,00	2.700,00
Papel sulfite branco (100 folhas)	Unid	3	3,50	10,50
Total material de consumo (1)				<u>3.141,75</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/	Valor Total

			hora)	
Técnico Social II	24	1	110,68	2.656,32
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>3.545,21</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Empresa técnica especializada na área do curso (informática básica)*	Unid	30	250,00	7.500,00
Total serviços de terceiros (3)				<u>7.500,00</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>14.186,96</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>3.546,74</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				617,13
Despesas Financeiras (1%)				141,87
Imprevistos (3%)				425,61
COFINS (3%)				425,61
PIS/PASEP (0,65%)				92,22
ISS (5%)				709,35
Lucro (8%)				1.134,96
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>17.733,70</u>

* Valor do curso por aluno no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC

04. Curso profissionalizante, na área de técnicas básicas em confeitaria. Carga horária: 20h. *Meta: 01 curso de capacitação para 25 vagas. Público alvo: Famílias beneficiadas, entre jovens e adultos.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	200	0,30	60,00
Cartaz colorido	Unid	25	1,25	31,25
Pasta c/elást.polip. Ofício 235mmx350mm	Unid	25	1,50	37,50
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Camisas	Unid	25	9,00	225,00
Custo transporte	Unid	25	30,00	750,00
Papel sulfite branco (100 folhas)	Unid	3	3,50	10,50
Total material de consumo (1)				<u>1.139,25</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Técnico Social II	12	1	110,68	1.328,16
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>2.217,05</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total

Empresa técnica especializada na área de gastronomia (curso de técnicas básicas em confeitaria)*	Unid	25	120,00	3.000,00
Total serviços de terceiros (3)				<u>3.000,00</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>6.356,30</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>1.589,08</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				276,50
Despesas Financeiras (1%)				63,56
Imprevistos (3%)				190,69
COFINS (3%)				190,69
PIS/PASEP (0,65%)				41,32
ISS (5%)				317,82
Lucro (8%)				508,50
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>7.945,38</u>

* Valor do curso por aluno no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC

05. Curso profissionalizante, na área estética e beleza (manicure e pedicure). Carga horária: 160h. *Meta: 01 curso de capacitação para 25 vagas. Público alvo: Famílias beneficiadas, preferencialmente mulheres.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	200	0,30	60,00
Cartaz colorido	Unid	25	1,25	31,25
Pasta c/elást.polip. Ofício 235mmx350mm	Unid	25	1,50	37,50
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Camisas	Unid	25	9,00	225,00
Custo transporte	Unid	25	240,00	6.000,00
Papel sulfite branco (100 folhas)	Unid	3	3,50	10,50
Total material de consumo (1)				<u>6.389,25</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Técnico Social II	30	1	110,68	3.320,40
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>4.209,29</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Empresa técnica especializada na área de estética e beleza (curso de manicure e pedicure)*	Unid	25	300,00	7.500,00
Total serviços de terceiros (3)				<u>7.500,00</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>18.098,54</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>4.524,64</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				787,29

Despesas Financeiras (1%)	180,99
Imprevistos (3%)	542,96
COFINS (3%)	542,96
PIS/PASEP (0,65%)	117,64
ISS (5%)	904,93
Lucro (8%)	1.447,88
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)	22.623,18

* Valor do curso por aluno no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC

06. Oficinas de organização e planejamento do orçamento familiar.				
Meta: 4 oficinas				
Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite colorido	Unid	200	0,30	60,00
Cartaz colorido	Unid	26	1,25	32,50
Cópia simples	Unid	500	0,12	60,00
Caneta esferográfica	Caixa	2	25,00	50,00
Papel madeira	Unid	40	0,60	24,00
Pincel atômico	Unid	12	2,50	30,00
Cartilha informativa	Unid	200	2,50	500,00
Fita adesiva	Unid	4	4,70	18,80
Papel Sulfite branco (100 folhas)	Unid	5	3,50	17,50
Total material de consumo (1)				792,80
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	32	1	98,57	3.154,24
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				4.043,13
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Locação de mesas de plástico	Unid	120	5,00	600,00
Locação de cadeiras de plástico	Unid	320	1,00	320,00
Total serviço de terceiros (3)				920,00
Total (1 + 2 + 3)				5.755,93
Despesas Indiretas (4)				1.438,98
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				250,38
Despesas Financeiras (1%)				57,56
Imprevistos (3%)				172,68
COFINS (3%)				172,68
PIS/PASEP (0,65%)				37,41
ISS (5%)				287,80
Lucro (8%)				460,47



TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>7.194,91</u>
------------------------------------	--	--	--	------------------------

Nas ações em se propõe lanches a serem ofertados, assevera-se que estes necessitam seguir o padrão de suco de caixinha de 200 ml ou refrigerante de 250 ml, com sanduíche misto ou cachorro quente, estes contendo data de fabricação e validade devidamente segundo as orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Caso haja a necessidade de mudança do tipo do lanche, isto deve ocorrer de forma antecipada, sob observância das exigências e em comum acordo com a Unidade Executora Municipal.



11. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

O cronograma físico financeiro (ANEXO 4) dispõe acerca dos recursos contratados para o Trabalho Social, vinculado às ações previstas para os eixos MOFS, EAP e DS, a serem distribuídas durante os 12 (doze) meses de execução. O conteúdo de todas as atividades pensadas, com seus devidos indicadores de processo e etapas da ação e demais informações encontram-se no cronograma de atividades (ANEXO 5).

Ressalta-se que as despesas indiretas estão consideradas nos valores apontados e limitadas a 25% (vinte e cinco por cento). Assevera-se ainda que as despesas indiretas são referentes a: 4,35% de despesas operacionais administrativas, 1% de despesas financeiras, 3% de imprevistos, 3% de COFINS, 3% de PIS/PASEP, 5% de ISS e 8% de lucro.

O cronograma apresentado em anexo unifica os recursos para o cumprimento de todas as atividades programadas ao longo do tempo, discriminando os valores que deverão ser utilizados nas ocasiões pré-determinadas, o que viabiliza o acompanhamento da evolução financeira do Projeto ao longo dos meses.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que trabalhar com a realidade de famílias e lidar com as múltiplas demandas advindas da Política de Habitação de Interesse Social mostra-se como um grande desafio. Trabalhamos com uma perspectiva de processo em que é fundamental a obra física nas habitações de interesse social, contudo vai muito, além disso: trata-se de inserção dos indivíduos nesse território e de uma apropriação deste pelas comunidades.

Especificamente ao Residencial Raquel de Queiroz, assim como nos demais empreendimentos do complexo “Escritores”, a execução do Trabalho Social mostra-se de suma relevância e urgência, dada a situação de pós entrega e aos relatos das famílias que dão conta de diversas problemáticas advindas após a mudança para o empreendimento, situações estas que podem vir a ser amenizadas com o desenvolvimento deste trabalho.

Assim, pensou-se como intuito deste projeto, dentre as atividades pensadas para o público beneficiário, procurar ferramentas que viabilizem a participação efetiva destas famílias em todas as etapas deste trabalho, buscando o engajamento da população como estratégia para a construção democrática, reconhecendo a legitimidade da participação popular no estabelecimento de canais de diálogo e de negociação que facilitem e qualifiquem o processo de morar dos sujeitos.

Neste contexto, almeja-se que este projeto desempenhe mudanças significativas na vida das famílias beneficiárias e que de fato cumpra seus objetivos.

Karyssia Maria Maia Sá
Assistente Social/PMCMV/HABITAFOR
CRESS nº 6501 - 3ª região CE

Andréa Sobreira Cialdini Borges
Coordenação de Programas Sociais/PMCMV/HABITAFOR